



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS VII – GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

MABEL SOARES DE ALMEIDA

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ANALISANDO SUAS PRÁTICAS EM
EMPRESAS TÊXTEIS DA CIDADE DE SÃO BENTO-PB

PATOS
2013

MABEL SOARES DE ALMEIDA

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ANALISANDO SUAS PRÁTICAS EM
EMPRESAS TÊXTEIS DA CIDADE DE SÃO BENTO-PB

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Universidade Estadual da Paraíba, como parte dos requisitos, para a obtenção do grau de Bacharel em Administração da referida Instituição.

Orientadora: MS. SIMONE COSTA SILVA

PATOS
2013

UEPB - SIB - Setorial - Campus VII

A447d Almeida, Mabel Soares de.

Desenvolvimento sustentável: analisando suas práticas em empresas têxteis da cidade de São Bento - PB [manuscrito] / Mabel Soares de Almeida. – 2013.

74 f. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, 2013.

“Orientação: Prof^a. Msc. Simone Costa Silva”.

1. Desenvolvimento sustentável no Nordeste. 2. Práticas sustentáveis. 3. Indústria têxtil. 4. Gerações futuras. I. Título.

21. ed. CDD: 338.918 13

MABEL SOARES DE ALMEIDA

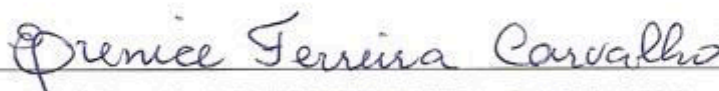
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ANALISANDO SUAS PRÁTICAS EM
EMPRESAS TÊXTEIS DA CIDADE DE SÃO BENTO-PB

Trabalho de conclusão de curso apresentado a
Universidade Estadual da Paraíba, como parte dos
requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em
Administração da referida Instituição.

Aprovado em: 09/09/13



PROF^ª MS. SIMONE COSTA SILVA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
(ORIENTADORA)



PROF^ª. MS. EUNICE FERREIRA CARVALHO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
(1º MEMBRO)



PROF. MS. GABRIELA TAVARES DOS SANTOS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
(2º MEMBRO)

A minha mãe Maria Edna,
Aos meus irmãos de amor e respeito conquistados até o dia de hoje,
dedico este trabalho

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, por ser este o único intermediador responsável pela minha existência, por me amar acima de tudo e todos;

A minha mãe, Maria Edna, por ser esta a geradora de minha vida e, por assim ser, estar sempre presente, me apoiando em minhas conquistas, derrotas, decisões, frustrações e medos.

Aos meus irmãos Marcos Antonio, Isabel Fernandes e Catarinne Xavier que se traduzem em força, carinho, companheirismo, cumplicidade, consideração, irmandade e amizade.

Aos meus amigos que contribuíram com seu carinho, atenção, apreço, amizade, paciência e compreensão pela minha ausência em suas vidas;

Aos meus colegas/companheiros/irmãos/amigos de curso (Turma de Administração 2009.1, turno noite - Campus VII da Universidade Estadual da Paraíba – Patos), em especial Elis Regina, Jussara Kléa, Jonh Eudo e João Paulo (equipe do curso inteiro), pelo eterno companheirismo, carinho, união, respeito, alegria e amizade;

A todos os professores que lecionaram e apoiaram a turma acima citada, pelo amor, dedicação, comprometimento, paciência, disponibilidade e respeito;

A minha orientadora Simone Costa Silva pela orientação, compreensão, paciência, contribuição acadêmica, amizade, apoio científico e pedagógico;

A banca examinadora, nas pessoas de Eunice Ferreira e Gabriela Tavares dos Santos pela contribuição para um resultado positivo na defesa desse trabalho de conclusão de curso;

A Dante Passos pelo simples gesto de se disponibilizar para qualquer auxílio na construção deste;

A família que constitui a Universidade Estadual da Paraíba pelo apoio prestado;

As empresas estudadas, pelo suporte técnico e pela disponibilidade dos colaboradores;

A todas as pessoas que fizeram parte direta ou indiretamente da realização de mais esta etapa de minha vida, o meu singelo agradecimento.

*“Quando a última árvore cair, derrubada;
quando o último rio for envenenado; quando o
último peixe for pescado, só então nos
daremos conta de que dinheiro é coisa que
não se come”.*

Índios da Amazônia

RESUMO

As grandes mudanças ambientais ocorridas nas últimas décadas estão fazendo com que o homem adote novas estratégias de desenvolvimento baseadas na sustentabilidade das gerações futuras. Neste trabalho foi realizada uma pesquisa com três empresas do ramo têxtil do município de São Bento-PB. Este estudo tem por objetivo principal analisar e descrever as práticas de Desenvolvimento Sustentável, realizadas em empresas têxteis na cidade de São Bento-PB. Além disso, busca demonstrar qual (ais) prática (s) é (são) mais evidenciada (s) pelas empresas em questão e evidenciar a importância da adoção dessas práticas para o desenvolvimento da empresa, na visão de seus gestores. O mesmo consiste em uma pesquisa de âmbito descritivo, operacionalizado com o auxílio de dois instrumentos de coleta de dados, entrevista e questionário e possui natureza qualitativa e quantitativa. Como resultado, percebeu-se que as práticas sociais e estratégicas são as mais realizadas pelas empresas entrevistadas e, apesar de quase todas as práticas citadas serem realizadas por alguma empresa, o que se conclui é que sendo a cidade movida pela indústria têxtil, esta ainda caminha a passos lentos quando se trata de se desenvolver sustentavelmente. Também ficou claro que os gestores acreditam que o desenvolvimento sustentável é muito importante para o desenvolvimento das mesmas, principalmente porque estas objetivam continuar no mercado competitivo. Com o passar dos anos, a conscientização das empresas e da sociedade vem aumentando, de forma diretamente proporcional com as práticas sustentáveis realizadas, seja por motivo de marketing, ou pela verdadeira preocupação com o meio ambiente.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Práticas sustentáveis. Indústria têxtil. Gerações futuras.

ABSTRACT

The major environmental changes in the last decades are causing the man to adopt new development strategies based on the sustainability of future generations. In this work, a survey was conducted with three companies in the textile sector in São Bento-PB. This study aims at analyzing and describing the practices of Sustainable Development, held in textile companies in São Bento-PB. It also seeks to demonstrate which one (s) practice (s) is (are) more evident (s) by the companies in question and highlight the importance of adopting these practices for the development of the company, in view of its managers. The same survey consists of a descriptive framework, operationalized with the help of two instruments for data collection, interview and questionnaire and has qualitative and quantitative nature. As a result, it was found that social practices and strategic are more held by the companies interviewed and although almost all of the practices listed were made by some company, which concludes that it is being driven by the city's textile industry, this still walks at a slow pace when it comes to develop sustainably. It also became clear that managers believe that sustainable development is very important for their development, mainly because they aim to continue in the competitive market. Over the years, the awareness of enterprises and society has been increasing in direct proportion to sustainable practices performed, whether by way of marketing, or the genuine concern for the environment.

Keywords: Sustainable development. Sustainable practices. Textile industry. Future generations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Conceito de Desenvolvimento Sustentável.....	19
Figura 2 – Recursos organizacionais da Era Industrial e da Era do Conhecimento.....	31
Figura 3 - Correlação das parcerias com o DS.....	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ordem cronológica dos acontecimentos que culminaram na criação do termo DS.....	16
Quadro 2 – Metas prioritárias do Desenvolvimento Sustentável.....	20
Quadro 3 - Requisitos para o alcance do DS.....	20
Quadro 4 – Pilares, Categorias e Práticas do Desenvolvimento Sustentável.....	23
Quadro 5 - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Brasil.....	28
Quadro 6 – Entraves e conquistas da industrialização brasileira.....	39
Quadro 7 - Prêmios/Certificações por realizar práticas de DS.....	51
Quadro 8 – Práticas Ambientais desenvolvidas pelas empresas X, Y e Z.....	52
Quadro 9 – Práticas Sociais desenvolvidas pelas empresas X, Y e Z.....	54
Quadro 10 – Práticas Econômicas desenvolvidas pelas empresas X, Y e Z.....	56
Quadro 11 – Práticas Estratégicas desenvolvidas pelas empresas X, Y e Z.....	57

LISTA DE SIGLAS

DS..... Desenvolvimento Sustentável

ONU..... Organização das Nações Unidas

CMMAD..... Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNUMAD..... Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

IBGE..... Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

EUA..... Estados Unidos da América

ONG..... Organização Não Governamental

IBAMA..... Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

CEBDS..... Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

GEITEX..... Grupo Executivo da Indústria Têxtil

ANA..... Agência Nacional das Águas

EMBRAPA..... Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBAMA..... Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

SUDEMA..... Superintendência de Administração do Meio Ambiente

RN..... Recursos Naturais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DA PESQUISA.....	11
1.2 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	12
1.3 OBJETIVOS.....	13
1.3.1 Objetivo Geral.....	13
1.3.2 Objetivos Específicos.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (DS): EVOLUÇÃO E CONCEITOS.....	14
2.1.1 Pilares, Categorias e Práticas do Desenvolvimento Sustentável (Colombo, 2005).....	21
2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL.....	24
2.2.1 Indicadores de DS do Brasil segundo o IBGE de 2002.....	27
2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS ORGANIZAÇÕES.....	29
2.4 A INDÚSTRIA TÊXTIL.....	36
2.4.1 A Indústria Têxtil de São Bento-PB.....	41
3 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	44
4 METODOLOGIA.....	46
4.1 NATUREZA E CLASSIFICAÇÃO DE PESQUISA.....	46
4.2 CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DO CASO.....	47
4.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA E COLETA DE DADOS.....	48
4.4 TRATAMENTO E EXPOSIÇÃO DOS DADOS.....	50
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	51
6 CONCLUSÕES.....	61
REFERÊNCIAS	
APÊNDICE A	
APÊNDICE B	

1 INTRODUÇÃO

Este tópico de caráter introdutório apresenta as considerações iniciais do trabalho, o tema, relevância. Mostra o contexto no qual se realiza a pesquisa, bem como o problema proposto. Da mesma forma, aborda o objetivo geral, os específicos e constrói uma justificativa para o estudo em questão.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DA PESQUISA

Percebe-se que Desenvolvimento Sustentável (DS) é um tema bastante comentado ultimamente. Isso talvez esteja acontecendo porque as empresas estão mais atentas aos danos causados ao meio ambiente e percebendo que os recursos naturais não devem perder sua integridade, para que não se torne inviável a operacionalização destas organizações em um futuro próximo. Essa preocupação ambiental, juntamente com a disseminação de informações e com a melhoria do nível educacional da população, fez surgir um novo modelo de mercado consumidor, pressionando as empresas a adotarem estratégias de atuação mais responsáveis (COLOMBO, 2005).

O interesse pela realidade que se encontram os recursos naturais iniciou por volta de 1960, quando se percebeu que o planeta estava sofrendo impactos ambientais indesejados e preocupantes que, a curto e médio prazo, poderiam esgotar os recursos disponíveis e prejudicar a sociedade como um todo (MOTA, 2012). Rodriguez et al (2002) afirmam que as práticas extrativistas, utilizadas pelas organizações, estão comprometendo duramente os limites físicos do planeta. Diante desse fato, evidenciou-se que as empresas não podem mais funcionar como um sistema fechado, mas, sim interagir com a sociedade e meio ambiente, de forma positiva para ambos. Dessa forma, é importante que estas organizações busquem o equilíbrio entre a economia, a sociedade e o ambiente. Isto implica segundo Colombo (2005) em assegurar o futuro e a geração de valor.

Nessa perspectiva, a inclusão do conceito de desenvolvimento sustentável passa a ser um instrumento fundamental para um novo posicionamento estratégico das empresas, visando responder às grandes tendências sociais e ambientais que, atualmente, estão remodelando os mercados de forma contínua (MOTA, 2012). Segundo Becker (2002) e

Oliveira (2008), o Relatório de Brundtland, elaborado em 1987 pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da Organização das Nações Unidas (ONU) traz uma das definições mais conhecidas e aceitas neste sentido, afirmando que “o desenvolvimento sustentável é o que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias” (INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2004, p. 10).

Visto a importância do Desenvolvimento Sustentável não apenas para as organizações atuais, como também para a sociedade, o presente trabalho busca discutir a seguinte problemática: **Quais práticas de Desenvolvimento Sustentável são aplicadas em empresas têxteis na cidade de São Bento-PB?**

1.2 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A justificativa desse estudo dá-se nos aspectos teórico, social e pragmático. A relevância teórica manifesta-se na possibilidade de contribuir com os estudos organizacionais, promovendo o aprofundamento sobre um tema que a cada dia se torna mais importante, o Desenvolvimento Sustentável. A partir da década de 70, verifica-se uma preocupação mais acentuada para com a adoção das práticas sustentáveis pelas empresas, mediante os desastres ambientais que suas estruturas organizacionais provocam no meio ambiente (MOTA, 2012).

Como embasamento teórico, esta pesquisa apresenta definições e explicações sobre o Desenvolvimento Sustentável, fazendo uma análise das práticas do DS e de suas categorias. Em termos concretos, a contribuição consiste num levantamento das práticas sustentáveis em empresas têxteis. A evidenciação dessas práticas é importante tanto por ser um tema recente, quanto para a atualização das empresas no mercado competitivo, e também para auxiliar a conscientização de consumidores e investidores (BORGES, 2008). É de extrema importância verificar o foco que as organizações estão buscando atualmente: desenvolver-se sustentavelmente.

A relevância social da pesquisa se dá através da sua contribuição para com a conscientização das empresas, no tocante a adoção de práticas estratégicas preocupadas com as gerações futuras. Tal consideração se mostra essencial numa tentativa de evidenciar os problemas ambientais e ecológicos advindos de ações irracionais dos processos produtivos das empresas, que acabam afetando o meio ambiente e a sociedade como um todo. Servirá

também para os clientes e comunidade em geral conhecerem sobre as possíveis práticas ambientais que as empresas estão realizando, e com isso serem mais criteriosos ao optar por determinada organização quando forem efetuar suas compras, ativando a consciência ambiental em cada cidadão.

Sob o ponto de vista pragmático, o estudo em questão se justifica pela emergente necessidade das organizações em adotarem soluções que deem sustentabilidade às práticas desenvolvidas em seus processos. Justifica-se também pela carência de preocupação com o meio ambiente, sendo que, do contrário, novos planos poderiam ser mais bem executados, decisões que trariam benefícios importantes para a diferenciação da empresa no cenário competitivo, e desta maneira aumentar sua capacidade de atrair mais consumidores, possibilitando incremento em seus negócios e conseqüentemente, mais lucro.

1.3 OBJETIVOS

Partindo-se da problemática abordada foram formulados os seguintes objetivos:

1.3.1 Objetivo Geral

- Analisar as práticas de Desenvolvimento Sustentável, realizadas em empresas têxteis na cidade de São Bento-PB.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Descrever as práticas de DS adotadas nas organizações em estudo;
- Identificar o (s) pilar (es) do Desenvolvimento Sustentável mais evidenciado (s) pelas empresas em questão;
- Evidenciar a importância da adoção das práticas de DS para o desenvolvimento da empresa, na visão dos gestores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta a fundamentação teórica do trabalho. Exibe o desenvolvimento da presente pesquisa, bem como sua estrutura, sendo esta subdividida em subcapítulos, que abordam: conceito de desenvolvimento sustentável (DS), pilares, categorias e práticas deste tipo de desenvolvimento, DS no Brasil e nas organizações, indicadores de DS desenvolvidos pelo IBGE em 2002, bem como os indicadores que serão utilizados como base primordial para o trabalho e ainda algumas generalidades sobre a indústria têxtil no Brasil e em São Bento – PB.

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (DS): EVOLUÇÃO E CONCEITOS

Durante muito tempo, a ampla maioria dos ambientalistas foi contra o crescimento econômico. O desenvolvimento das organizações estava diretamente ligado à degradação do meio ambiente. Porém, a partir dos anos 1970 iniciou-se um período de transição, de pouco mais de uma década, em que a opinião destes especialistas começa a mudar. Os ambientalistas, então, começam a defender o desenvolvimento econômico pensando de um modo sustentável para o meio ambiente (BORGES, 2008).

O homem, durante um tempo bastante significativo, utilizou os recursos naturais de forma irracional e tampouco preocupado com o futuro. Porém, no momento em que questionamentos foram feitos acerca da durabilidade desses recursos, esta utilização descontrolada começou a trilhar novos rumos, e vários conceitos começaram a se formar em razão do meio ambiente e de sua sustentabilidade (SANTOS; VALENÇA, 2012). Essa preocupação com os limites ambientais começou por volta dos anos 60. Na década seguinte a ONU realizou uma conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo (1972). Nessa época, ainda não existia a ideia de Desenvolvimento Sustentável, as reuniões conferencistas eram voltadas à preservação do meio ambiente (ALMEIDA, 2002). A conferência de 1972 foi à primeira iniciativa global visando identificar os impactos da ação do homem sobre o meio ambiente, bem como propor a adoção de um modelo de desenvolvimento que respeitasse a capacidade de renovação dos ecossistemas, em substituição ao modelo fundamentado apenas no crescimento econômico (FELDMAN, 1997).

Segundo Sato e Santos (1996) os debates acerca do ecodesenvolvimento, na década de 80, foram os principais acontecimentos que levaram à formulação do conceito de DS, principalmente por causa do questionamento: como conciliar atividade econômica com conservação ambiental? Tal indagação rendeu a criação de uma comissão voltada para defender os recursos naturais, denominada Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com representantes de 40 países, ficando esta mais conhecida como Comissão de Brundtland. Tal comissão apresentou um documento chamado our common future (nosso futuro comum), melhor conhecido como relatório de Brundtland, aonde a expressão Desenvolvimento Sustentável chegou ao conhecimento do público (COLOMBO, 2005). E esta Comissão tinha três objetivos principais:

[...] reexaminar as questões críticas relativas a meio ambiente e desenvolvimento, e formular propostas realísticas para abordá-las; propor novas formas de cooperação internacional nesse campo, de modo a orientar políticas e ações no sentido das mudanças necessárias; e dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma compreensão maior desses problemas, incentivando-os a uma atuação mais firme (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 04).

Conforme Almeida (2002) a comissão de Brundtland afirmava que a sociedade estava utilizando os recursos naturais de forma errônea, simplesmente para a manutenção do progresso e a satisfação das necessidades humanas, onde a continuação dessa atividade predatória e extrativista iria resultar na limitação dos recursos naturais no longo prazo, comprometendo a qualidade de vida das gerações futuras.

Na década de 90, após apresentado o relatório de Brundtland, a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), melhor conhecida como Eco 92 ou Cúpula da Terra, acontecimento este fundamental nas negociações internacionais sobre as questões ambientais e de Desenvolvimento (COLOMBO, 2005). Em 1999, outra conferência realizada em Chapel Hill, nos Estados Unidos da América (EUA), ampliaria definitivamente o conceito de DS. Nesta reunião afirmou-se que o Desenvolvimento Sustentável não se limita a racionalização dos recursos naturais, mas, está diretamente interligado às questões econômicas e sociais (ROSSI et al, 2000).

[...] as convenções tiveram desdobramentos importantes, como o protocolo de Quioto, que estabeleceu mecanismos para tentar conter o efeito estufa, e diversas iniciativas para gerir a questão da biodiversidade, como o protocolo de Cartagena. Além disso, alavancaram diversos projetos internacionais, nacionais, e locais para o controle dos problemas globais. Por outro lado, o conceito de desenvolvimento sustentável popularizou-se, pelo menos nos discursos, em governos, empresas e organizações da sociedade civil (OLIVEIRA, 2008, p. 25).

De forma mais precisa o termo Desenvolvimento Sustentável foi criado no ano de 1983 pela ex ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, porém, só foi mostrado publicamente 900 dias após sua definição (1987) e segundo o relatório de Brundtland, pode ser definido como:

Aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades, como também é uma forma de otimizar o uso racional dos recursos naturais e a garantia de conservação e do bem estar para as gerações futuras (FERNANDES, 2000, p. 03).

O quadro 1 resume os principais acontecimentos que culminaram na construção do termo “Desenvolvimento Sustentável”, este sendo uma condição de desenvolvimento proposta por estudiosos numa busca por melhores condições de vidas futuras.

ANO	ACONTECIMENTOS/ FATOS HISTÓRICOS
1960	Início da preocupação com os limites ambientais
1972	I Conferência sobre o Meio Ambiente para analisar os impactos da ação antrópica
1980	Debates acerca do Ecodesenvolvimento
1983	Criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
1984	I Reunião da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
1987	Publicação do Relatório de Brundtland (Nosso Futuro Comum), e consequentemente apresentação pública do termo Desenvolvimento Sustentável
1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92 ou Cúpula da Terra)
1992	Firmação do conceito de Desenvolvendo Sustentável com a criação da Agenda 21
1999	Conferência realizada em Chapel Hill (EUA) que ampliou definitivamente o conceito de DS

Quadro 1 - Ordem cronológica dos principais acontecimentos que culminaram na criação do termo DS.

Fonte: Elaboração Própria (2013).

A Conferência realizada em Chapel Hill (EUA) afirmou que o conceito de DS não se traduz em apenas racionalizar a utilização dos recursos, envolvendo restritamente questões ambientais ou ecológicas, mas acrescentando questões sociais e econômicas a este conceito. A partir desta visão adota-se o triple botton line ou Tripé da sustentabilidade, a partir do qual as organizações passam a se preocupar não somente com suas atividades produtivas e a utilização racional dos recursos naturais, mas também com sua atuação junto à sociedade (COLOMBO, 2005).

As informações contidas no quadro possibilita afirmar que a expressão Desenvolvimento Sustentável foi construída paulatinamente. Foram necessários vários acontecimentos para que este fosse conhecido atualmente. E o Relatório de Brundtland, sendo

um dos eventos mais importantes nessa construção, não traz apenas uma definição para o termo, afirmando que:

O desenvolvimento sustentável é mais que crescimento. Ele exige uma mudança no teor de crescimento, a fim de torná-lo menos intensivo em matérias-primas e energia e mais equitativo em seu impacto. Tais medidas precisam ocorrer em todos os países, como parte de um pacote de medidas para manter a reserva de capital ecológico, melhorar a distribuição de renda e reduzir o grau de vulnerabilidade às crises econômicas (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 56).

Diante dos fatos, compreende-se que o conceito de DS, envolve quatro componentes-chave que nortearão as políticas públicas no mundo inteiro sob a capa do desenvolvimento sustentável, esses que são: (1) a construção de economias "saudáveis" baseada em tecnologias que minimizem os danos ao meio ambiente, (2) preocupação ambiental, uma vez que, observando a relação pobreza e degradação ambiental, os pobres são levados a exaurir recursos para sobreviver, (3) provimento das necessidades da presente geração sem depredar as condições de suprir as necessidades da geração futura, e (4) ampla participação da sociedade civil organizada nas decisões e implementações (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991).

Muitas são as definições de desenvolvimento sustentável e cada autor o define conforme sua ótica. Para Bellen (2007, p. 23) o conceito desse tipo de desenvolvimento provém de um “(...) processo histórico de reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade civil e seu meio natural. Por se tratar de um processo contínuo e complexo, observa-se hoje que existe uma variedade de abordagens que procura explicar o conceito” e essa variedade pode ser demonstrada pelo vasto número de definições presentes na literatura.

A Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991, p. 10 e 49 respectivamente) afirma:

Para que haja um desenvolvimento global sustentável é necessário que os mais ricos adotem estilos de vida compatíveis com os recursos ecológicos do planeta - quanto ao consumo de energia. Por exemplo. Além disso, o rápido aumento populacional pode intensificar a pressão sobre os recursos e retardar qualquer elevação dos padrões de vida; portanto, só se pode buscar o desenvolvimento sustentável se o tamanho e o aumento da população estiverem em harmonia com o potencial produtivo cambiante do ecossistema.

Para haver um desenvolvimento sustentável é preciso minimizar os impactos adversos sobre a qualidade do ar, da água e de outros elementos naturais, a fim de manter a integridade global do ecossistema. Em essência o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Borges (2008, p. 32) conceitua DS considerando questões como a “preservação da qualidade dos sistemas ecológicos, a necessidade de um crescimento econômico para satisfazer as necessidades sociais e equidade - todos possam compartilhar - entre geração presente e futura”. Dessa forma, percebe-se que os ideais do desenvolvimento sustentável são bem maiores do que as preocupações específicas, uma vez que, a pobreza, a deterioração do meio ambiente e o crescimento populacional estão indiscutivelmente interligados.

O desenvolvimento sustentável não representa um estado estático de harmonia, mas, antes, um processo de mudança, no qual a exploração dos recursos, a dinâmica dos investimentos, e a orientação das inovações tecnológicas e institucionais são feitas de forma consistente face às necessidades tanto atuais quanto futuras (SACHS, 1997 p. 474).

Sachs (1997, p. 474-475) aponta que o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta cinco dimensões principais:

- a. Sustentabilidade social, isto é, o estabelecimento de um processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento, com uma distribuição mais equitativa da renda e dos ativos, assegurando uma melhoria substancial dos direitos das grandes massas da população e uma redução das atuais diferenças entre os níveis de vida daqueles que tem e daqueles que não têm.
- b. Sustentabilidade econômica, tornada possível graças ao fluxo constante de inversões públicas e privadas, além da alocação e do manejo eficientes dos recursos naturais.
- c. Sustentabilidade ecológica, implicando a expansão da capacidade de transporte da “nave espacial terrestre”, mediante a intensificação dos usos do potencial de recursos existentes nos diversos ecossistemas, intensificação esta tornada compatível com um nível mínimo de deterioração deste potencial. O consumo de combustíveis fósseis e outros, de esgotamento rápido além de prejudiciais ao meio ambiente, deveria ser reduzido.
- d. Sustentabilidade geográfica: os problemas ambientais são ocasionados, muitas vezes, por uma distribuição espacial desequilibrada dos assentamentos humanos e das atividades econômicas. Dois exemplos expressivos desta tendência são a excessiva concentração da população em áreas metropolitanas, e a destruição de ecossistemas frágeis, mas de importância crucial, devido a processos não controlados de colonização. Daí a necessidade de se buscar uma configuração rural-urbana mais equilibrada e de se estabelecer uma rede de reservas da biosfera para proteger a diversidade biológica, e, ao mesmo tempo, ajudar a população local a viver melhor.
- e. Sustentabilidade cultural, que talvez, constitua a dimensão mais difícil de ser concretizada, na medida em que implica que o processo de modernização deveria ter raízes endógenas, buscando a mudança em sintonia com a continuidade cultural vigente em contextos específicos.

Diante do exposto, percebe-se que a sociedade, o meio ambiente, a cultura, o espaço geográfico e a economia são pontos a serem contemplados, quando o intuito é se desenvolver sustentavelmente. Esse desenvolvimento é condicionado quando tais dimensões são evidenciadas e tratadas conforme sua importância.

O fato é que são várias as formas de expressar o conceito de DS, podendo este ser formulado através de pontos de vista diferentes ou semelhantes, uma vez que se trata da definição de um mesmo termo, ou seja, de desenvolvimento sustentável. Beel e Morse (2003), por exemplo, formulam o conceito de DS baseado em uma equação matemática, afirmando que este é o produto da intersecção do desenvolvimento econômico com o desenvolvimento ambiental e o desenvolvimento social, conforme figura 01:

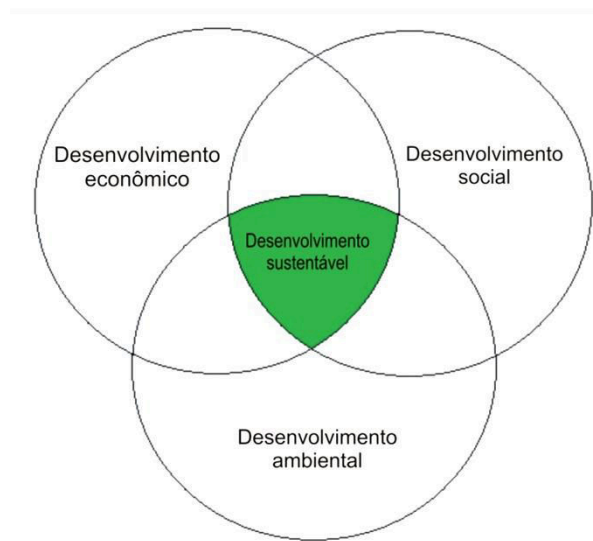


Figura 1 - Conceito de Desenvolvimento Sustentável.
Fonte: Adaptado de Beel e Morse (2003).

Scandar Neto (2006) alega que ainda não há um conceito bem definido de Desenvolvimento Sustentável, e sim uma ideia, principalmente porque se desenvolver sustentavelmente está ligado a uma série de outros fatores e dimensões, se tornando, dessa forma, bastante abstruso. O mesmo autor (2006, p.13) ainda afirma que o DS “não é uma coisa a ser atingida, mas sim um processo contínuo”. Neste cenário, Giddens (2003) reporta que é possível que o DS nunca venha a se tornar um conceito totalmente definido, pois, o mesmo evolui à medida que as práticas sociais se transformam.

Independente da exatidão na formação do conceito é inegável a importância do DS tanto para as organizações, quanto para a sociedade. Almeida (2002) afirma que as empresas, mediante essa relevância, têm repensado seu modo de atuação. Segundo Hartman et al (1999) isso teria que acontecer, pois, são elas as maiores responsáveis pelo consumo dos recursos naturais do planeta. As organizações devem criar mecanismos seguros e adequados buscando mensurar esse DS, focando o ambiente, a sociedade e a economia (STROBEL; SELIG, 2004). Dessa forma, o desafio que as organizações passam a ter é de desenvolver

novas formas de operar em cooperação com seus grupos de interesse, uma vez que são estes os verdadeiros responsáveis pela funcionalidade das mesmas (ELKINGTON, 1994).

Colombo (2005), diz que o desenvolvimento sustentável se dá pela realização de uma série de práticas conjuntas e interligadas, das quais as mais significativas são as práticas voltadas para a econômica, sociedade, ambiente e a nível estratégico. Essas práticas, buscando facilitar a identificação da operacionalização das mesmas nas empresas, se agrupam em uma série de categorias, por exemplo, educação, reciclagem, promoção do desenvolvimento econômico, criação de valores para os stakeholders, etc. que facilitam a contemplação do DS.

Mendes (2012) afirma que para que o DS seja considerado, é preciso que contemple seis aspectos, estes devendo ser vistos como metas, conforme quadro 2:

1	A satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer, etc);
2	A solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo que elas tenham chance de viver);
3	A participação da população envolvida (todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe);
4	A preservação dos recursos naturais (água, oxigênio, etc.);
5	A elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas, como por exemplo, os índios);
6	A efetivação dos programas educativos.

Quadro 2 – Metas prioritárias para o Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: Adaptado de Mendes (2012).

Já a Conferência de Ottawa (CARTA DE OTTAWA, 1986) ocorrida em 1986 afirma que para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado é preciso que cinco requisitos sejam considerados, segundo quadro 3:

1	Integração da conservação e do desenvolvimento;
2	Satisfação das necessidades básicas humanas;
3	Alcance de equidade e justiça social;
4	Provisão da autodeterminação social e da diversidade cultural;
5	Manutenção da integração ecológica.

Quadro 3 – Requisitos para o alcance do DS.

Fonte: Adaptado de Barbosa (2008).

Percebe-se que o Desenvolvimento Sustentável é uma prática que agrega uma série de dimensões (social, econômico, cultural, ambiental, entre outros). O DS envolve uma infinidade de questões que o torna de difícil praticidade porém, possui uma importância bastante significativa para o mundo, quando adotado pelas empresas, cidades, municípios e população, onde, segundo Ribeiro et al (2008, p. 04) “o grau de avanço de uma dada sociedade é medido não somente por sua capacidade de gerar riqueza (dimensão econômica),

mas também pelas condições de divisão da riqueza gerada (dimensão social) juntamente com a preservação e conservação do meio ambiente (dimensão ambiental)”.

2.1.1 Pilares, Categorias e Práticas do Desenvolvimento Sustentável

O Desenvolvimento Sustentável basicamente é representado por quatro pilares. Esses se tornam essenciais, pois, são capazes de formular um conceito plausível para o termo. Tais pilares são: **social, ambiental, econômico e estratégico** (COLOMBO, 2005). Cada um desses pilares possui categorias, e conseqüentemente suas práticas, facilitando a identificação da adoção do DS pelas organizações. Através dessas atividades (pilares, categorias e práticas), se torna possível identificar como as empresas estão operacionalizando o conceito de DS.

De acordo com Nassif et al (2004) o pilar social não compreende o objetivo principal das empresas, pois, muitas de suas práticas são confundidas com assistencialismo ou filantropia, não constituindo, de fato, práticas de DS social. Segundo Colombo (2005) as categorias que o **pilar social** compreende são: educação (ambiental, capacitação de adultos, capacitação de jovens), garantia da sustentabilidade da comunidade (financiamento de projetos comunitários, promoção de projetos, promoção de voluntariado, criação de empregos) e incentivo à cultura (oficinas culturais e programação cultural), cada uma com suas práticas correspondentes.

O **pilar ambiental** vem sendo um dos mais importantes e utilizados nos últimos tempos, principalmente porque segundo Rodriguez et al (2002) os recursos ambientais estão em constante extrativismo, limitando os espaços físicos naturais. Diante disso, as empresas estão buscando utilizar os recursos de forma mais responsável e consciente. Este pilar, na visão de Colombo (2005) engloba categorias como: reciclagem (coleta seletiva, insumos provenientes do processo produtivo, reutilização dos recursos hídricos e do papel), a recuperação de áreas devastadas (reflorestamento, despoluição da água, projetos de preservação ambiental, poluentes do ar) e a redução da utilização dos recursos naturais (combustíveis fósseis, florestais, água, energia renovável, plásticos e todos os RN).

É sabido que a adoção do DS busca, não somente assegurar a melhoria de vida das populações, mas, também melhores condições econômicas. Strobel e Selig (2004) afirmam que “a preocupação das organizações em adotar estratégias métricas para suas ações de DS encontram respaldo na literatura, pois uma estratégia apoiada no DS requer da empresa a

criação de mecanismos para mensurá-la por meio do estabelecimento de indicadores apropriados, de forma a garantir o sucesso”. O **pilar econômico**, segundo Colombo (2005) possui 2 categorias: formas de medir a sustentabilidade (índices de sustentabilidade e apresentação de relatórios) e promoção do desenvolvimento econômico (metas a serem alcançadas e geração de renda).

Segundo Stead e Stead (2000) o sucesso dos negócios, depende diretamente da melhoria da qualidade de vida das populações que são mercados potenciais para expansão do negócio. Portanto, cabe às organizações contribuir com a educação, oferecimento de oportunidade e ações que promovam uma melhor distribuição de renda, garantindo assim sua sobrevivência. Porém, de acordo com Benedetti et al (2004) as organizações não devem ser as únicas responsáveis pela busca do desenvolvimento sustentável. Todos os stakeholders devem se envolver direta ou indiretamente neste processo.

Preston (2001) afirma que é muito importante que as organizações do futuro adotem o DS, isso porque este será um fator primordial para se manter no mercado. O Desenvolvimento Sustentável é um elemento bastante relevante, a ser considerado, no planejamento estratégico das empresas que queiram continuar no mercado competitivo. No **pilar estratégico**, dentre as práticas que as empresas precisarão adotar para o futuro estão às voltadas para a imagem da organização, sobrevivência e competitividade (categoria sustentabilidade da organização). Práticas da categoria áreas de atuação como as direcionadas para gestor ambiental e responsabilidade social, e também para a categoria criação de valores para os stakeholders (organização, acionistas, clientes, etc.).

Ao adotar estratégias de Desenvolvimento Sustentável, as organizações adquirem vantagem competitiva frente aos concorrentes. Aliando os conhecimentos ao desenvolvendo práticas de DS, as empresas tornam pública suas preocupações com os rumos do planeta. Uma vez que os consumidores mais conscientes/exigentes e cientes de seu poder esperam das organizações posturas adequadas à nova forma de desenvolvimento, agir de acordo com os princípios do DS pode representar vantagem competitiva frente aos concorrentes, principalmente no que se refere à atração de novos consumidores, estes que a cada dia vivenciam mais o consumo consciente, e outros stakeholders que buscam o mesmo objetivo (COLOMBO, 2005).

Para Colombo (2005) os pilares, categorias e práticas do Desenvolvimento Sustentável podem ser representadas conforme quadro 4 a seguir:

PILARES	CATEGORIAS	PRÁTICAS
SOCIAL	Educação	- Ambiental - Capacitação de adultos - Capacitação de jovens
	Sustentabilidade da comunidade	- Financiamento de projetos comunitários - Promoção de projetos - Promoção de voluntariado - Criação de empregos
	Incentivo à cultura	- Oficinas culturais - Programação cultural
AMBIENTAL	Reciclagem	- Coleta seletiva - Insumos provenientes do processo produtivo - Reutilização dos recursos - Papel - Água
	Recuperação de áreas devastadas	- Reflorestamento - Despoluição da água - Projetos de preservação ambiental - Poluentes do ar
	Redução da utilização dos Recursos Naturais	- Combustíveis fósseis - Florestais - Água - Energia renovável - Plásticos - Todos os recursos naturais
ECONÔMICO	Formas de medir a sustentabilidade	- Índices de sustentabilidade - Apresentação de relatórios
	Promoção do desenvolvimento econômico	- Metas a serem alcançadas - Gerar renda
ESTRATÉGICO	Sustentabilidade da organização	- Imagem da organização - Sobrevivência - Competitividade
	Áreas de atuação	- Gestor ambiental - Responsabilidade social
	Criação de valores para os stakeholders	- Organização - Acionistas - Clientes

Quadro 4 – Pilares, Categorias e Práticas do Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: Adaptado de Colombo (2005).

A utilização das práticas sustentáveis, pelas empresas, são ferramentas de bastante significado, tanto como uma forma estratégica de diferenciação no mercado, quanto por contribuir para a condição existencial de organizações futuras. Uma vez dependente dos recursos naturais para sua produção, e conseqüentemente existência no mercado, às organizações precisam zelar de tais recursos para que não torne incondicional a operacionalização de mercados futuros.

A própria população possui um grande poder de fazer com que estas empresas busquem modos de desenvolvimento sem agredir os recursos naturais. Vestir a camisa “verde” não resolve o problema, pois a solução não é apenas provinda das empresas e sim de toda e qualquer classe pensante da terra.

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL

Segundo Colombo (2005) o Desenvolvimento Sustentável no Brasil existe desde 1913, quando foi criado o primeiro parque nacional brasileiro para a preservação do meio ambiente – Parque Nacional de Itatiaia. Dois anos depois outros dois parques foram criados, Cataratas do Iguaçu e Serra dos Órgãos. O Brasil, por ser um país de riqueza ambiental indiscutível, sempre chamou a atenção de cientistas e estudiosos de todo o mundo, esses que iniciaram fóruns de discussões acerca da contínua e desenfreada destruição do meio ambiente.

Desses debates resultou a Fundação Brasileira para a Conservação da natureza (1958), considerada a primeira organização ambiental a conseguir criar e manter uma presença nacional. Esta Fundação segundo Almeida (2002) surgiu para tentar controlar o crescimento desenfreado da era Juscelino Kubitschek. Porém, a intensa atividade industrial do país, com o conseqüente aumento da urbanização, associada à influência de eventos ocorridos no exterior, provocou a ampliação do foco de discussão, abrindo espaço para denúncias sobre a degradação do meio ambiente.

Segundo Barbosa (2008) a questão ambiental, no Brasil, se intensificou nos discursos e estudos no curso da década de 1960, após uma fase de intenso crescimento urbano. Com a crise do petróleo no final dos anos sessenta e início da década de setenta, a reflexão acerca do futuro, que se apresenta incerto, começa a ser exposta no pensamento político, social e filosófico levando ao questionamento da participação do homem no planeta.

O Brasil mesmo demonstrando intenções positivas muito cedo, com a criação desses órgãos, passou por situações comprometedoras na década de 70. Durante a Conferência de Estocolmo em 1972, não apenas o Brasil, mas, alguns outros países em desenvolvimento se mostraram resistentes ao reconhecimento referente aos problemas ambientais, afirmando ser a miséria o verdadeiro grande agente poluente das nações. O Brasil, fundamentado nessa ideia, conduziu políticas de atração de indústrias poluentes e migração de populações desfavorecidas de alta fecundidade para a Amazônia, com o intuito de evitar a reforma agrária nas regiões de origem destas populações (VIOLA; LEIS, 1995).

A resistência do Brasil, em reconhecer os problemas ambientais, talvez possa ser justificada através do relatório Brundland, onde o mesmo considera que a pobreza generalizada não é mais inevitável e que o desenvolvimento de uma cidade deve privilegiar o atendimento das necessidades básicas de todos e oferecer oportunidades de melhora de qualidade de vida para a população (BARBOSA, 2008).

Porém, essa resistência ao reconhecimento da problemática ambiental, começou a cessar logo no ano seguinte (1973), quando foi fundada a Secretaria Especial do Meio Ambiente, que tinha por finalidade justamente atenuar a imagem negativa que o Brasil havia adquirido após a Conferência de Estocolmo.

A partir de 1988, observam-se várias mudanças no tratamento da questão ambiental. A economia e a ecologia, que antes eram percebidas como duas realidades antagônicas, passam a obter uma certa integração sob a ótica do desenvolvimento sustentável. Isso se deveu a vários fatores, como a influência e repercussão generalizada do “Relatório Brundtland” no cenário mundial, e a acentuação da crise econômica e das finanças públicas, que fizeram com que as entidades ambientalistas valorizassem o desenvolvimento econômico (baseado na sustentabilidade ambiental), pois elas não pretendiam perder a influência já adquirida perante as instituições governamentais (SERRANO; BARBIERI, 2008, p. 6).

Por volta de 1989, no auge da crise ambiental ocasionada pelas queimadas na região amazônica o governo cria o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em que pela primeira vez a proteção ambiental é associada ao uso conservacionista de alguns recursos naturais (BARBOSA, 1995).

A Eco 92, também conhecida como Rio-92, ocorrida no ano que dá nome ao evento, foi um importante acontecimento para o Brasil, principalmente porque ajudou a popularizar as questões ambientais no país. Um dos intuitos do encontro de países foi conscientizar as nações ricas a ajudarem os países em desenvolvimento na implementação de uma economia sustentável. Durante tal convenção muitos acordos e documentos foram realizados, dentre os quais o Brasil criou a Agenda 21 Nacional com o objetivo de selecionar as áreas ambientais mais urgentes no trato ambiental, essas que eram: Infraestrutura e Integração Regional; Cidades Sustentáveis; Agricultura Sustentável; Gestão de Recursos Naturais; Redução das Desigualdades Sociais; C&T e DS (REBOLÇAS, 2013).

Outro fato importante para o Brasil, no âmbito do Desenvolvimento Sustentável, aconteceu cinco anos após a Rio-92, criava-se o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) em 1997. Este conselho contou com a participação de vários empresários brasileiros e tinha como objetivo, dentre várias atividades, fomentar programas e projetos destinados à disseminação do conhecimento e das práticas sustentáveis já adotadas pelas empresas brasileiras (ALMEIDA, 2002).

Tendo o termo desenvolvimento sustentável surgido a partir de estudos sobre as mudanças climáticas, e sendo este um importante fator de preocupação, o Brasil adquire uma nova atitude em relação ao assunto, passando a perceber que as mudanças no clima são resultados diretos da ação errônea do homem.

O ano de 2009 marca uma virada decisiva na postura do Brasil diante das mudanças climáticas. Até então, a diplomacia brasileira recusava-se a assumir metas de redução de emissões. O argumento era de que o Protocolo de Kyoto (assinado em dezembro de 1997 para entrar em vigor em fevereiro de 2005) não estabelecia obrigação neste sentido. Além disso, os países responsáveis historicamente pela maior parte da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera ou não tinham assinado o protocolo (caso dos Estados Unidos até hoje) ou não conseguiam reduzir suas emissões na proporção com a qual se comprometeram. Esta recusa brasileira, de certa forma, legitimava como economicamente necessária a principal fonte de emissões do país, que era (e ainda é) a destruição da superfície florestal na Amazônia e no cerrado (PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE GOIÁS, 2010).

O sucesso brasileiro em reduzir as queimadas na Amazônia e o triunfo de sua matriz energética são realizações importantes para o país, mas nem de longe caracterizam uma dinâmica própria ao desenvolvimento sustentável. É verdade que o Brasil passou, nos últimos anos, por um processo expressivo de redução simultânea e inédita da pobreza e da desigualdade de renda. Porém, os avanços nesta direção não se apoiam hoje em formas de crescimento econômico voltadas explicitamente ao menor uso de energia e de materiais (ABRAMOVAY, 2010).

Ainda no tocante aos acontecimentos que ajudaram o Brasil a reconhecer e dar a devida importância às questões ambientais, assim como na Eco 92, o país foi palco da Rio+20, evento que objetivou renovar e reafirmar a participação dos líderes de vários países nas ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável no planeta Terra. Este evento foi, na realidade, uma segunda etapa da Cúpula da Terra (ECO-92) no Rio de Janeiro.

A Rio+20 não surtiu os efeitos esperados, ficando com mais propostas e menos ações (LOUREDO, 2013). De qualquer forma, o simples fato do Brasil ser sede de eventos com abrangência e repercussão mundial, já significa que a problemática socioambiental não está tão esquecida. Porém, sabe-se que expor o problema está muito longe de significar uma solução dos mesmos.

A questão é que, embora com alguns acontecimentos importantes, o Brasil ainda é iniciante no contexto de Desenvolvimento Sustentável. Para Abramovay (2010) por maiores que sejam as conquistas representadas principalmente pelo aumento das áreas de reservas e pela recente conscientização de atores para reduzir a devastação, não se formou ainda uma coalizão social capaz de transformar a biodiversidade, os produtos e os serviços ecossistêmicos da exploração florestal sustentável na grande fonte de ganhos econômicos para os agentes privados e para a região como um todo.

2.2.1 Indicadores de DS do Brasil segundo o IBGE de 2002

A construção de indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil faz parte do conjunto de esforços internacionais para a concretização das ideias e dos princípios formulados na Agenda 21, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, no que diz respeito à relação entre meio ambiente, desenvolvimento e informações para a tomada de decisões. Elaborado inicialmente em 2002, o rol de indicadores segue o marco ordenador proposto pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), das Nações Unidas (LOUETTE, 2007).

Segundo Louette (2007), os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Brasil foram formulados a partir de informações da realidade brasileira, envolvendo as dimensões social, ambiental, econômica e institucional. Os objetivos desses indicadores são: compreender e evidenciar, a partir dessas informações, os temas relevantes para o desenvolvimento sustentável do país, uma vez que, estes permitem estabelecer comparações inter-regionais no Brasil, bem como entre países, e ainda indicar as necessidades e prioridades para a formulação e avaliação de políticas de desenvolvimento com essa perspectiva.

Os indicadores da **dimensão ambiental** fornecem informações relacionadas com o uso dos recursos naturais e com a degradação ambiental, organizadas nos temas: atmosfera, terra, água doce, oceanos, mares e áreas costeiras, biodiversidade e saneamento. Já a **dimensão social**, abrange os indicadores com os temas população, trabalho e rendimento, saúde, educação, habitação e segurança, vinculados à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social.

A **dimensão econômica** retrata o desempenho macroeconômico e financeiro, os impactos no consumo de recursos materiais e uso de energia, mediante a abordagem dos temas quadro econômico e padrões de produção e consumo. Por sua vez, a **dimensão institucional**, desdobrada nos temas quadro institucional e capacidade institucional, oferece informações sobre a orientação política, a capacidade e os esforços realizados com vistas às mudanças necessárias para a implementação do DS (LOUETTE, 2007).

A atual edição acerca dos índices e indicadores de sustentabilidade, do ano de 2008, reúne 60 indicadores. Dentre estes 12 são novos, relativos a questões emergentes, que propiciam uma avaliação mais completa do desenvolvimento sustentável. A lista destes indicadores segue exposta conforme o quadro 5 a seguir.

Nº	DIMENSÕES	TEMA	INDICADORES
01	AMBIENTAL	Atmosfera	1 - Emissões de origem antrópica dos gases associados ao efeito estufa
			2 – Consumo industrial de substâncias destruidoras da camada de ozônio
			3 – Concentração de poluentes no ar em áreas urbanas
		Terra	4 – Uso de fertilizantes
			5 – Uso de agrotóxicos
			6 – Terras em uso agrossilvipastoril
			7 – Queimadas e incêndios florestais
			8 – Desflorestamento da Amazônia Legal
			9 – Área remanescente e desflorestamento na Mata Atlântica e nas formações vegetais litorâneas
			10 – Desertificação e arenização
			11 – Qualidade de águas interiores
		Água doce	12 – Balneabilidade
			13 – Produção de pescado marítima e continental
			14 – População residente em áreas costeiras
		Oceanos, mares e áreas costeiras	15 – Espécies extintas e ameaçadas de extinção
			16 – Áreas protegidas
			17 – Tráfico, criação e comércio de animais silvestres
			18 – Espécies invasoras
		Biodiversidade	19 – Acesso a serviço de coleta de lixo doméstico
			20 – Destinação final do lixo
			21 – Acesso a sistema de abastecimento de água
			22 – Acesso a esgotamento sanitário
			23 – Tratamento de esgoto
Saneamento	24 – Taxa de crescimento da população		
	25 – Taxa de fecundidade		
	26 – População e terras indígenas		
População	27 – Índice de Gini da distribuição do rendimento		
	28 – Taxa de desocupação		
	29 – Rendimento familiar per capita		
	30 – Rendimento médio mensal		
	31 – Esperança de vida ao nascer		
Saúde	32 – Taxa de mortalidade infantil		
	33 – Prevalência de desnutrição total		
	34 – Imunização contra doenças infecciosas infantis		
	35 – Oferta de serviços básicos de saúde		
	36 – Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado		
	37 – Taxa de escolarização		
Educação	38 – Taxa de alfabetização		
	39 – Escolaridade		
Habitação	40 – Adequação de moradia		
	41 – Coeficiente de mortalidade por homicídios		
Segurança	42 – Coeficiente de mortalidade por acidentes de transporte		
	43 – Produto Interno Bruto per capita		
03	ECONÔMICA	Quadro econômico	44 – Taxa de investimento
			45 – Balança comercial
			46 – Grau de endividamento
			47 – Consumo de energia per capita
		Padrões de produção e consumo	48 – Intensidade energética
			49 – Participação de fontes renováveis na oferta de energia
			50 – Consumo mineral per capita
			51 – Vida útil das reservas minerais
			52 – Reciclagem
			53 – Coleta seletiva de lixo
			54 – Rejeitos radioativos: geração e armazenamento
			55 – Ratificação de acordos globais
			56 – Existência de conselhos municipais
			57 – Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento – P&D
58 – Gasto público com proteção ao meio ambiente			
04	INSTITUCIONAL	Quadro institucional	59 – Acesso aos serviços de telefonia
			60 – Acesso à Internet

Quadro 5 - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Brasil.

Fonte: Adaptado de Louette (2007).

Ao se falar em indicadores de sustentabilidade, é essencial que eles sejam oriundos não apenas de informações existentes. É preciso que sejam construídos também a partir de problemas e situações reais. Meadows (1998) alerta sobre os perigos de se propor indicadores somente a partir de informações já existentes, sem a devida reflexão sobre o que se quer efetivamente medir, afirmando que é uma armadilha que acaba por esconder aspectos críticos e impede que se utilize o potencial esperado do indicador.

Esse é um dos grandes desafios que a sociedade brasileira encontra atualmente: criar bases adequadas, com os indicadores de sustentabilidade, para a construção do desenvolvimento sob o enfoque integrador, que veja o território e a saúde ambiental em conexão com a saúde pública e o capital humano, considerados como fatores fundamentais para a consolidação de uma sociedade sustentável (PHILIPPI JR; MALHEIROS, 2005).

A construção desses indicadores de desenvolvimento sustentável teve como intuito apoiar os processos de tomada de decisões, no âmbito de países, definindo-os, elucidando metodologias e fornecendo atividades de treinamento e capacitação para sua construção. Tal iniciativa, além de auxiliar a tomada de decisão no âmbito de governos de países, ainda teve sua coordenação na responsabilidade de uma instituição com credibilidade e status, o que fez com que alavancasse e disseminasse ainda mais a temática dos indicadores de sustentabilidade (LOUETTE, 2007).

Do ponto de vista da estruturação de um sistema coordenado de informações nacionais, pretendeu-se que os indicadores utilizados nas políticas nacionais pudessem também servir para os relatórios nacionais da Comissão de Desenvolvimento Sustentável e outros organismos governamentais.

Assim como os indicadores de sustentabilidade do IBGE de 2002 foram desenvolvidos baseados em informações da realidade brasileira, os indicadores utilizados no trabalho também são fundamentados na realidade das empresas em estudo. Tais indicadores se enquadram mais pelo fato de melhor atingir os objetivos traçados.

2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS ORGANIZAÇÕES

Durante muito tempo, uma boa parte do século XX, as organizações empresariais atuaram focadas quase exclusivamente sob a ótica capitalista, ou seja, buscando unicamente a maximização de seus lucros através da minimização de seus custos. Nesta época, as empresas

eram vistas como progenitoras de progresso e bem-estar social nas comunidades onde atuavam, mesmo com uma perspectiva exclusivamente econômica e ignorando seus impactos diretos e indiretos no meio ambiente e na sociedade, com a justificativa de que este era um preço aceitável a pagar pelo incremento da qualidade de vida, do consumo e do crescimento econômico (MOTA, 2012).

As empresas diziam que os problemas ambientais eram consequências naturais da produção desde os primórdios da Revolução Industrial, ou seja, se você produz, vai ter poluição e problemas sociais. Assim, se a população quer altos padrões materiais terá, conseqüentemente, de suportar altos padrões de contaminação ambiental. O Estado não sabia como compatibilizar produção material e preservação da qualidade de vida. Ele dependia dos empregos e impostos gerados pelas fábricas. Boa parte da população civil era empregada nas fábricas e via na produção industrial uma forma de geração de emprego e renda (OLIVEIRA, 2008, p. 20).

Porém, com o passar do tempo, essa atuação unilateral das empresas, foi perdendo espaço e deixando de ser apenas uma forma de auxiliar a rotatividade econômica das cidades, estados, países. McIntosh et al (2001) afirma que o papel das organizações, no desenvolvimento de uma sociedade, vai além de sua representatividade econômica, estas possuem responsabilidades que vão além o cumprimento das normas legais. Tal entendimento, que as empresas são organismos com outros tipos de responsabilidades, fez com que a realidade dos mercados se transformasse.

As mudanças organizacionais são datadas de muito tempo. Por exemplo, na Era Industrial as empresas operavam predominantemente a base da transformação, com o auxílio da energia e da mão-de-obra. Até mesmo o clico de stakeholders era bastante reduzido, com a existência basicamente de fornecedores e clientes. Já na Era do Conhecimento além desses componentes, surgia a relação com a sociedade e meio ambiente. “Esta transição para a era do conhecimento trouxe, portanto, novas preocupações e novos objetivos dentro das organizações, e entre estas preocupações, pode-se destacar a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável” (BORGES, 2008, p. 14).

Esse período de gradativas mudanças na economia mundial vem sendo apontado por muitos estudiosos do assunto como o período de transição de uma Sociedade Industrial para uma Sociedade do Conhecimento, pois aos demais recursos existentes, e até então valorizados e utilizados na produção - terra, capital e trabalho, junta-se o conhecimento, alterando, principalmente, a estrutura econômica das nações e, sobretudo, a forma de valorizar o ser humano (MARTINS, 2000, p.01).

Esse momento de transição da Era Industrial para a Era do Conhecimento pode ser observado na figura 2 a seguir.

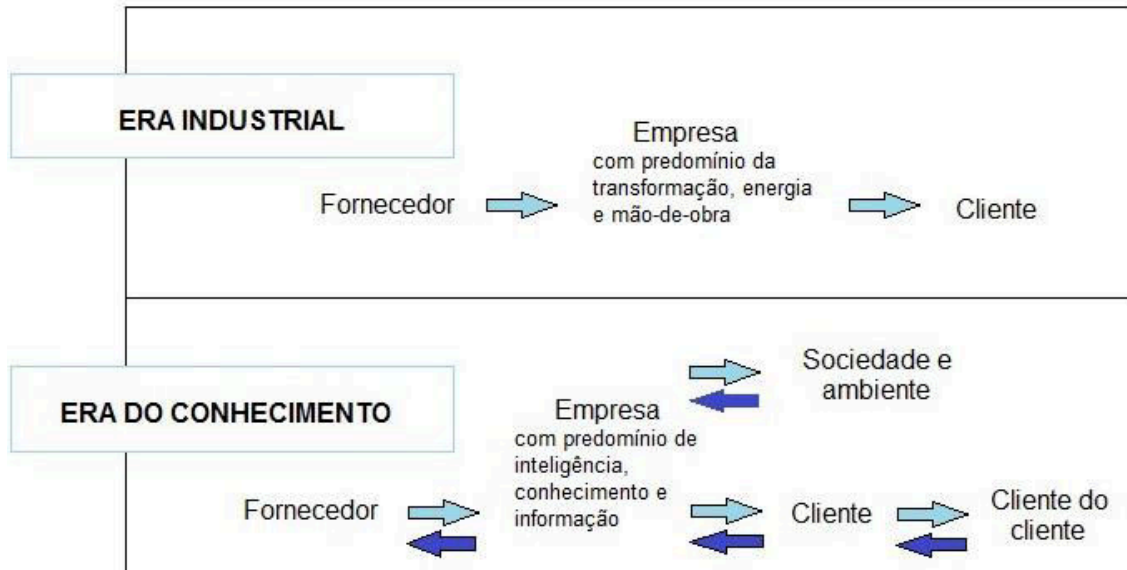


Figura 2 – Recursos organizacionais da Era Industrial e da Era do Conhecimento.
Fonte: Adaptado de Moura (2004).

A passagem da Era Industrial para a Era do Conhecimento alterou principalmente a estrutura econômica das nações e, sobretudo, a forma de valorizar o ser humano, uma vez que, a inteligência do homem, o conhecimento e a informação passaram a ser mais representativos. A aplicação do conhecimento, de acordo com Luz (2007) impactou, sobremaneira, o valor das organizações, pois a materialização da utilização desse recurso, mais as tecnologias disponíveis e empregadas para atuar em um ambiente globalizado, produzem benefícios que agregam valor às mesmas.

Mota (2012) observa que hoje em dia as organizações desenvolvem práticas de cidadania corporativa, de responsabilidade social e de desenvolvimento local, como apoiar ações nas comunidades que estão no entorno de seus empreendimentos ou alocar recursos para ações de preservação ambiental e valorização do ser humano. Esta realidade compreende dimensões complexas, tanto éticas quanto práticas, em direção a um difícil relacionamento entre a organização e suas comunidades.

A sociedade tem percebido que as organizações têm também uma dimensão social muito importante, uma vez que utilizam recursos que, em uma análise mais profunda, pertencem à própria sociedade. Sob este ponto de vista, tem sido cada vez mais imprescindível para as organizações adotar práticas gerenciais que privilegiem não apenas o êxito dos negócios, mas também os aspectos sociais e ambientais (MOTA, 2012, p. 05).

De acordo com Certo (2003) mostrando-se preocupadas com a sociedade, as empresas incorporam cada vez mais as ações de responsabilidade social em seus

planejamentos estratégicos e hoje é uma obrigação administrativa tomar atitudes que protejam e promovam o bem-estar da sociedade, tanto quanto os interesses da empresa.

Ao se discutir o papel das organizações nesse processo de incorporação do desenvolvimento sustentável na gestão organizacional, automaticamente torna-se necessário considerar a visão local sobre esse tema. Não há como negar que a globalização é um mecanismo irreversível no processo de desenvolvimento da sociedade. No entanto, Castells (2003) afirma que a globalização não abraça a todos os países e regiões, pois a economia global é uma economia que seleciona, no mundo inteiro, pontos e elementos específicos, inserindo-os no seu sistema e excluindo outros.

Verdade é que as empresas têm um papel relevante nesse processo de DS, por inúmeras razões.

Primeiro porque possuem recursos financeiros, podendo investir também em pesquisas e tecnologias, segundo por terem que seguir a leis ambientais, e por fim, porque podem transferir capital social de forma mais eficaz que o governo, por estarem culturalmente habituadas a trabalhar com metas e resultados (BORGES, 2008, p. 33).

Hoje, esse tema DS é praticamente obrigatório nas pautas da maioria dos encontros mundiais. Durante muito tempo o homem utilizou as riquezas ambientais, sem se preocupar se as mesmas eram ou não esgotáveis. Da mesma forma acontecia com as organizações que, numa busca constante por melhores resultados, faziam uso desses recursos sem nenhuma preocupação com o futuro das mesmas, nem tampouco da sociedade (SANTOS; VALENÇA, 2012). De acordo com Merico (2002, p. 15) “é preciso perceber que o conjunto de valores que direcionam nosso desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, nossa relação com o ambiente natural, encontrou uma barreira intransponível: os limites da biosfera”.

Borges (2008) afirma que ao se falar em DS, em primeira instância, cobra-se o dever do Estado. Porém, se desenvolver de forma sustentável não é tarefa individual, uma vez que, envolve uma gama de pessoas, empresas, países, ou seja, é um problema mundial. Ashley (2005, p. 18) afirma que “apesar do estado ter a obrigação social de garantir ao cidadão o atendimento aos seus direitos constitucionais, não vem apresentando condições governamentais, econômicas e políticas para resolver o problema sozinho”. Diante dessa afirmação percebe-se que todos os componentes do meio devem ter um compromisso para com a sustentabilidade, uma vez que, isso busca a possibilidade de satisfação das necessidades das vidas futuras.

O fato é que a importância que o Desenvolvimento Sustentável vem adquirindo está fazendo com que as empresas repensem suas formas de enxergar esse novo contexto (ALMEIDA, 2002). Sendo as principais consumidoras/degradadoras dos recursos naturais, e, portanto, as grandes responsáveis pelas limitações físicas do meio ambiente, as organizações estão se dando conta que a adoção dessa nova ferramenta, além de contribuir para a sustentabilidade da mesma, ainda é uma importante estratégia de negócio (WELSH; HERREMANS, 1998). O marketing feito com a divulgação da preservação ambiental faz com que os clientes e investidores enxerguem a empresa de forma diferente, ou seja, esta passa a conquistar mais público e ter maior destaque frente a esse novo modelo de crescimento.

[...] a preocupação com o meio ambiente, faz com que a própria administração comece a modificar sua maneira de realizar seus negócios, revendo seu plano de vendas, de controle, de produção, de marketing e outros. Enfim, leva a administração empresarial a tomar novas decisões que trarão benefícios importantes para a diferenciação da empresa na sociedade, e desta maneira aumentar sua capacidade de atrair mais consumidores, possibilitando incremento em seus negócios e conseqüentemente, mais lucro (MERLO; GALLINA, 2005, p. 02).

[...] a inclusão de objetivos ambientais nas metas de uma empresa pode, não necessariamente, representar uma despesa real, mas dependendo das condições, poderá até se tornar um diferencial competitivo bastante lucrativo, ou ao menos ser a diferença entre a continuidade das atividades da empresa e o seu fechamento (CUNHA, 2000, p. 16).

Ainda nesse contexto, Welsh e Herremans (1998) afirmam que para que as empresas obtenham sucesso em suas estratégias de DS é preciso que as mesmas levem em consideração o interesse de seus stakeholders, de seus colaboradores no geral, uma vez que são destes colaboradores que a organização necessita para continuar no mercado.

Nas empresas, observa-se que apenas a visão do lucro é insuficiente para alcançar os objetivos da entidade. Em longo prazo, para a empresa possuir continuidade, ela deve atender às necessidades de todos os agentes envolvidos: clientes, governos, comunidade, funcionários e acionistas. Dentre essas necessidades, destacam-se o bem estar dos próprios funcionários e da sociedade com ênfase no aspecto ambiental (ALBERTON, 2004 p.02).

A partir do momento em que houver essa preocupação das organizações para com seus stakeholders, estas, segundo Mota (2012), passam a assumir um papel integralizador no processo de desenvolvimento sustentável, na busca de estabelecer parcerias estratégicas para desencadear o bem comum. Nesta dinâmica, o autor afirma que há basicamente três agentes de parcerias: 1) Governo (Nacional, Estadual ou local), 2) Sociedade civil (Organização Não Governamental – ONG -, associações de classes ou pesquisa e as pessoas da comunidade de

interesse, e o 3) Setor privado (empresas, associações de negócio, comércio e indústria), conforme figura a seguir.

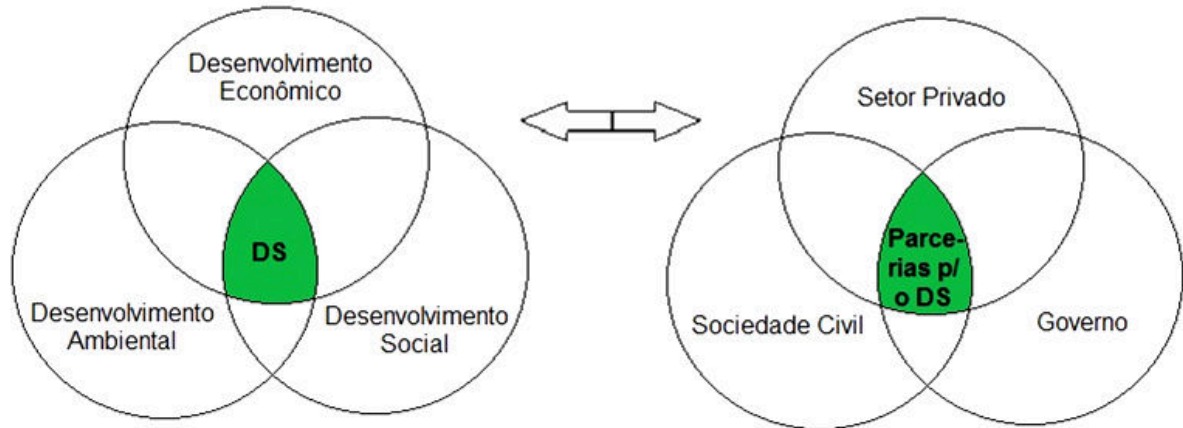


Figura 3 – Correlação das parcerias com o DS.
Fonte: Adaptado de Beel e Morse (2003).

É possível, a partir da figura 3, relacionar o conceito de Desenvolvimento Sustentável com a consolidação das parcerias. Também se verifica que assim como é fundamental que exista uma inter-relação entre as dimensões econômica, social e ambiental para a consolidação do processo de DS, o mesmo conceito pode ser aplicado quando se trata em definir quem é o responsável por este processo. Mota (2012, p. 7-8) afirma que assim sendo, “a aproximação dos dois conceitos facilita a compreensão de como é difícil gerar consenso em torno de propósitos comuns, uma vez que a realização destas parcerias é tão desafiante quanto à própria construção de um modelo de desenvolvimento sustentável para as organizações e para a sociedade”.

De forma mais abrangente, percebe-se que as empresas estão, cada vez mais, empenhadas em adotar as práticas de DS, e reconhecendo que a utilização destas é bastante importante tanto para o desenvolvimento da organização, principalmente no que tange o mercado competitivo, quanto para o meio ambiente e as gerações futuras. Dessa forma, o conceito de desenvolvimento sustentável passa a ser um instrumento essencial para um novo posicionamento estratégico das organizações, visando responder às grandes tendências sociais e ambientais que, atualmente, estão remodelando os mercados de forma contínua. Esta proposta de mudança de paradigma nas organizações significa o início da inserção das questões sociais e ambientais no modelo econômico atual, onde a rentabilidade das empresas não pode mais se basear exclusivamente em consumismo e competição (MOTA, 2012).

Rodriguez et al (2002) possui uma visão de sustentabilidade organizacional baseada em quatro pilares: (1) razões físicas – recursos naturais e meio ambiente; (2) razões sociais – ações efetivas da organização na sociedade; (3) razões éticas – individualidade e valores pessoais no trabalho; e (4) razões de negócio – produto da união dos outros 3 pilares. E é muito importante, segundo Borges (2008) que as empresas adotem esse conceito de desenvolvimento sustentável, principalmente para uma sustentação econômica futura.

Nassif et al (2004) afirma que as ações sociais são parte essencial na construção do conceito de DS. O fato é que muitas empresas realizam tais ações, porém, a maioria, não podem ser consideradas como iniciativas de DS, pois, constituem apenas ações filantrópicas ou simplesmente assistencialistas. De acordo com Stead e Stead (2000) à medida que melhorasse a qualidade de vida dos países que são mercados potenciais para a expansão dos negócios, o sucesso econômico estaria garantido, gerando assim, segundo Rossi (2000) valor para os stakeholders, benefícios sociais, como o maior engajamento de populações locais nas estratégias de DS, e maior igualdade social. Diante disso, percebe-se que as organizações possuem um importante papel na contribuição com a educação, oferecimento de oportunidades, distribuição de renda, de forma a garantir a sustentabilidade da comunidade.

A sociedade em geral é uma ferramenta muito importante nesse processo de adoção do DS pelas empresas, pois, esta detém o poder de compra, e por isso pode pressionar as organizações a se comprometerem com a sustentabilidade (BORGES, 2008). E assim está acontecendo. McIntosh et al (2001) afirma que uma vez que as pessoas estão compreendendo que possuem a tarefa de proteger o meio ambiente, muitos indivíduos estão aceitando o fato como uma responsabilidade social que, não somente o homem mas, as organizações devem praticar.

Mota (2012) acrescenta que a partir do momento em que as empresas praticam DS, fica evidente que estas, antes vistas apenas como catalisadoras do processo econômico, assumem outros papéis, se inter-relacionando com vários outros agentes e perpetuando sua existência no mercado. Nesse cenário, McIntosh et al (2001) expõe que as empresas deixam de ser apenas entidades econômicas, somente com preocupações financeiras e legais, e passam a considerar que sua atuação tem desdobramentos que não podem ser ignorados.

“As organizações terão que aprender a equacionar a necessidade de obter lucros, obedecer às leis, ter um comportamento ético e envolver-se em alguma forma de filantropia para com as comunidades em que se inserem” (ASHLEY, 2005, p. 6). As empresas devem assumir posturas claras de responsabilidade social e ambiental, buscando uma compreensão

de que apenas com governos, sociedade civil e organizações, trabalhando em conjunto, será possível construir comunidades sustentáveis (MCINTOSH et al, 2001).

De fato a sustentabilidade não se compõe de ações realizadas apenas por governantes ou empresas. Tal necessidade se torna realidade à medida que todos os atores de uma sociedade se relacionam, se comunicam e realizam sua parte, seja de forma individual ou comunitária. A sustentabilidade será tão ou somente possível quanto mais racional for à utilização dos recursos naturais e quanto mais for consciente a ação do homem.

2.4 A INDÚSTRIA TÊXTIL

A existência da indústria têxtil data desde o século XVIII. A expansão do algodão, atrelada ao surgimento da máquina a vapor, inventada por James Watt, impulsionou o desenvolvimento desta indústria. A Inglaterra foi o palco principal destes acontecimentos e o setor seria um dos marcos da Revolução Industrial (CLEMENTINO, 2012). Já a produção de tecidos, segundo o mesmo autor, data dos primeiros anos da colonização. O algodão já era conhecido e utilizado pelos indígenas e continuou a ser cultivado pelos portugueses em certas capitâneas, dando origem a uma produção têxtil doméstica que mais tarde se tornaria uma atividade de vasta importância para a economia do país.

A indústria têxtil é resultado de uma série de mudanças, fases e aprimoramentos no processo produtivo, sendo o artesanato o primeiro modo de produção que culminou na magnitude industrial conhecida atualmente, a maquinofatura. No início a produção era realizada pelas próprias famílias. Estas, que por serem as reais produtoras, adquiriam certa autonomia e eram as responsáveis por todas as etapas do processo, desde aquisição de matéria-prima, modulagem, acabamento e até a comercialização dos produtos (HUBERMAN, 1986).

Com o passar do tempo o artesanato foi ganhando novos aperfeiçoamentos e, com o auxílio de tecnologias recorrentes, surgiu um novo modo de produção, a manufatura. Este sistema de fabricação gerava grande quantidade de produtos e se tornaria uma ferramenta essencial para o progressivo crescimento industrial (ARAÚJO, 2011). A manufatura proporcionou o crescimento de inúmeros segmentos, dentre os quais a indústria têxtil.

As fábricas voltadas para a produção têxtil tem sua mecânica destinada a transformação de fibras em fios, de fios em tecidos e de tecidos em peças de vestuário, têxteis,

domésticas (roupa de cama e mesa, redes de dormir), artigos para aplicações técnicas (geotêxtis, cintos de segurança, etc.), para a área de geomembranas, entre outras (TOLEDO, 2004). Segundo Padilha et al (2009), um marco do setor têxtil foi o desenvolvimento das fibras artificiais, bem como das sintéticas derivadas de petróleo, que permitiram a diversificação da produção.

O setor industrial está sempre em contínuo aperfeiçoamento tecnológico, o que cria a necessidade de constante atualização dos equipamentos e maquinários, da qualificação da mão-de-obra e da organização continuada da produção.

O aumento da produção da indústria têxtil depende não só das inovações tecnológicas, mas, dentre outros fatores, de uma maior demanda de tecido, questão intrinsecamente ligada à criação de moda, de sua sazonalidade e de um design específico para diferentes nichos de mercado, assim como de uma população com poder aquisitivo suficiente para consumir seus produtos (PADILHA et al, 2009, p. 40).

Além da atualização da produção e do mercado consumidor, o desenvolvimento da indústria têxtil depende também de treinamento (programas de capacitação), de canais de distribuição, de estradas, de portos, do aperfeiçoamento das indústrias de equipamentos e máquinas, de empresas de manutenção, de peças de reposição, além de uma infraestrutura adequada (PADILHA et al, 2009, p. 40-41).

Diante disso, pode-se perceber que o desenvolvimento de uma indústria têxtil depende de uma série de fatores, e até mesmo de órgãos públicos, uma vez que, este sucesso não depende apenas de acontecimentos intrínsecos a indústria, mas, de infraestrutura local e/ou regional condizente com as necessidades desta.

No Brasil, as primeiras indústrias têxteis datam das décadas iniciais do século XIX, ano de 1814 em Vila Rica (atual Ouro Preto, MG), apesar da primeira tentativa de instalação destas ter sido bem antes. Porém, embora consideravelmente antiga, as primeiras fábricas têxteis (estabelecimentos de pequeno porte) tiveram, em geral, vida passageira (CLEMENTINO, 2012). Padilha et al (2009, p. 40), afirma que:

Pode-se dizer que a atividade de fiar e tecer sempre esteve presente na cultura brasileira, visto que nossos índios já teciam suas vestimentas. A primeira tentativa de instalação da indústria têxtil no Brasil foi em 1750. Entretanto, não foi possível sua continuidade, uma vez que foi proibida pela coroa portuguesa, com a justificativa de que as indústrias retiravam a mão-de-obra das lavouras e das minas. Todavia, permitia-se a tecelagem de tecidos rústicos para as vestes dos escravos.

Toledo (2004), afirma que desde cedo o Brasil teve seu desenvolvimento industrial comprometido. O famoso alvará de D. Maria I, a Louca, em 1785, já decretava esse entrave na industrialização brasileira, conforme se lê a seguir:

Hei por bem ordenar que todas as fábricas, manufaturas ou teares de algodões, tecidos ou de bordados de ouro e prata, de brilhantes, cetins, tafetás ou de qualquer qualidade de fazenda de algodão ou de linho, branca ou de cores; e de panos, baetas, droguetes, saetas, ou de qualquer qualidade de tecidos de lã, ou misturados e tecidos uns com os outros; excetuando-se tão somente aqueles teares e manufaturas em que tecem ou manufaturam fazendas grossas de algodão que servem para o vestuário dos negros, para empacotar fazendas, e para outros ministérios semelhantes, todas as mais sejam extintas e abolidas em qualquer parte onde se acharem nos meus domínios do Brasil, debaixo da pena de perdimento em tresp dobro do valor de cada uma das ditas manufaturas ou teares, e das fazendas que nelas ou neles houver (ARAGÃO, et al 2002, p. 67).

Porém, o decreto de D. Maria não durou muito. Anos depois (1808), Dom João VI iniciava o fomento ao desenvolvimento econômico do Brasil, incluindo o setor industrial de tecidos, iniciando por revogar o alvará de D. Maria e dando benefícios para as fábricas que se instalassem no país. Foram dois os benefícios: isenção de direitos às matérias-primas das manufaturas nacionais (1809) e abolição das taxas alfandegárias para o fio e tecidos de algodão, seda e lã produzidos no Brasil, em 1810 (ARAGÃO et al, 2002).

Assim como o alvará de D. Maria, o acordo de D. João com a Inglaterra em 1810 também foi um fato retardador da industrialização brasileira. Segundo Costa et al (2000) o governo imperial só veio efetivamente a se preocupar com o desenvolvimento industrial brasileiro a partir de 1879, de forma que em 1882 havia 49 fábricas produzindo 20 milhões de metros de tecido. A atividade industrial como um todo mostra traços visíveis de crescimento a partir de 1870, intensificando-se nos anos de 1885-1895, período considerado por Foot e Leonardi (1982, p. 23) como o “nosso primeiro surto industrial”.

De forma mais sucinta, pode-se dizer que a industrialização brasileira foi tardia, e que além de lenta, bastante conturbada. Costa et al (2000) afirmam que a indústria passou por diferentes fases de crescimento e uma das fases de bonança aconteceu durante a II Guerra Mundial (1939 a 1945), quando houve um aumento de 15% em suas exportações, ocupando o segundo lugar na produção mundial.

Ao término da II Guerra Mundial, a indústria brasileira almejava aumentar seu mercado consumidor, passando a exportar para países vizinhos e buscando fomentar o consumo interno, no intuito de se tornar competitivo mundialmente. Porém, neste período o governo decidiu bloquear as exportações afirmando que a indústria passava por problemas técnicos e organizacionais (COSTA et al, 2000).

Para solucionar a situação criou-se em 1964 o Grupo Executivo da Indústria Têxtil (GEITEX), que buscava criar subsídios para a importação de máquinas e de programas de incentivo a compra de equipamentos nacionais. Posteriormente, houve muitos investimentos nesse intuito e um dos incentivos do governo foi à isenção de taxas de

importação desses equipamentos para as indústrias de tecelagem e fiação, porém com o objetivo de modernização e não de aumento da capacidade produtiva (PADRILHA, 2009).

No início da década de 1990, com a abertura do mercado brasileiro às importações, o setor têxtil ficou inserido numa situação completamente diferente. Chegaram ao Brasil produtos importados com um preço muito baixo, com os quais as mercadorias nacionais não conseguiam concorrer. A balança comercial do setor passou de superavitária, no início da década, para deficitária a partir de 1995 (GAZETA MERCANTIL, 1999).

Em 2007 o setor têxtil ainda revelava fragilidades internas que fazem com que muitos acreditem em seu desaparecimento, levando consigo empregos, estruturas sociais e tradições regionais, eliminando uma cultura técnica secular. O futuro do setor têxtil continua dependendo da mobilização para a inovação de modelos organizacionais, de modelos de produção e de modelos de negócios [...], alternativas para garantir a possibilidade de manutenção de atividades produtivas em países que não possam competir com vantagens comparativas baseadas em baixo custo de trabalho ou falta de compromissos socioambientais (BRUNO, 2007, p. 7).

Mediante tantos acontecimentos pode-se afirmar que o processo de industrialização no Brasil passou por inúmeras fases e o setor têxtil esteve presente em praticamente todas. De forma sucinta segue, no quadro 6 abaixo, os principais episódios que culminaram na tardia industrialização brasileira:

1785	Alvará de D. Maria extinguindo toda e qualquer fábrica, manufatura ou tear
1808	Revogação do alvará de D. Maria por D. João VI
1809	Isenção de direitos às matérias-primas das manufaturas nacionais às fábricas que se instalassem no Brasil
1810	Abolição das taxas alfandegárias para o fio e tecidos de algodão, seda e lã produzidos no Brasil às fábricas que se instalassem no Brasil
1810	Tratado com a Inglaterra: privilégio dos produtos ingleses no país
1814	Surgimento da Primeira fábrica de tecidos em Vila Rica (atual Ouro Preto, MG)
1824	Surgimento da primeira fábrica regular de fiação e tecidos de algodão em Pernambuco
1840-1860	Surgimento de fábricas mais modernas
1844	Implantação de um novo sistema tarifário, aumentando a tarifa alfandegária em 30% e estimulando a industrialização
1844-1913	Período do processo de industrialização brasileiro
1846-1847	Constituição das primeiras medidas protecionistas que acabaram por facilitar a fundação de vários estabelecimentos têxteis
1846-1847	Suspensão das taxas alfandegárias estimulando a fundação de fábricas de fiação e tecelagem
1866	Eram contabilizadas, oficialmente, 9 fábricas de tecidos em todo o Brasil
1879	Efetivação da preocupação do governo para com a industrialização nacional
1870	Traços visíveis de industrialização
1881	Criação da Associação Industrial para “servir à campanha pelo progresso da indústria nacional e para defender os interesses (COSTA ET AL, 2000, p. 46).”
1882	49 fábricas produzindo 20 milhões de metros de tecido
1885-1895	“Nosso primeiro surto industrial” (FOOT; LEONARDI, 1982, p. 23)
1942-1947	Período de pujança da indústria têxtil em virtude da II Guerra Mundial
1951	Período de declínio da indústria têxtil
1970	Fortes incentivos à Indústria têxtil
1980-2013	O setor têxtil se reveza entre crescimento e declínio

Quadro 6- Entraves e conquistas da industrialização brasileira.

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de tantos sucessos e insucessos, atualmente a indústria têxtil brasileira é composta por trinta mil empresas, que empregam 1,4 milhão de trabalhadores formais e informais. Segundo Faria (2005) o Brasil se destaca como o quinto maior produtor têxtil do mundo, devido, dentre outros fatores, à sua autossuficiência na produção de algodão. (PRADO; PRADO, 2004, 2008; ABIT, 2005).

Neste contexto de desenvolvimento industrial o Nordeste (NE) também foi e é um importante contribuinte para o crescimento econômico-têxtil-industrial do Brasil. O polo têxtil do Nordeste é caracterizado por empresas de fiação, tecelagem e malharia, de pequeno, médio e grande porte, que utilizam o algodão como matéria-prima. Segundo Wanderley (1996) o NE, no período de 1960-89, registrou um crescimento industrial igual ao do país, uma vez que, houve um surto de descentralização da atividade têxtil da região Sudeste para o NE brasileiro. Apolinário (2003) afirma que foram vários os motivos que levaram a esse acontecimento, dentre os quais incentivos fiscais e menores custos com a mão-de-obra.

Segundo o Banco do Nordeste (1999) essa descentralização foi uma estratégia de recuperação da competitividade industrial que se encontrava comprometida pela entrada excessiva de produtos estrangeiros no país. No NE, além dos incentivos fiscais, alguns governos estaduais desenvolveram programas de qualificação e de treinamento de mão-de-obra e promoveram a criação de cooperativas de trabalhadores, que atuavam como subcontratados das indústrias.

Com a abertura comercial a partir de 1990 as indústrias têxteis na Região Nordeste sofreram fortes impactos, esses impactos tiveram níveis diferenciados de indústria à indústria, variando conforme o porte e o nível tecnológico de cada indústria. Com a abertura econômica as indústrias têxteis de grande representação no mercado exterior, cuja sua ideologia já era de concorrer com as empresas internacionais, vinham já desempenhando programas que visavam à redução dos custos e modernização de tecnologia gerencial, com isso tiveram um grau de dificuldades bem menores às novas condições de mercado. A indústria têxtil que era conhecida como pequena e média empresa, cuja participação no mercado restringia só para o mercado interno, ou seja, limitado a uma base geográfica bastante reduzida, e que na questão tecnológica era bastante atrasada, foram as mais atingidas com a abertura da economia em 1990, já que essas indústrias começaram a concorrer no mercado interno com os produtos importados, principalmente os tecidos provenientes dos países asiáticos (MELO, 2004, p. 20).

Diante do exposto, pode-se dizer que a transição da indústria têxtil sulista para a região nordeste é resultado da abertura comercial ocorrida nos 90, e o resultado dessa descentralização pode ser vista mediante afirmações de Rocha (2007) quando diz que a participação da indústria nordestina no comércio exterior tem se caracterizado em torno de

27,5% em valor (US\$ FOB) e 42,8% em peso líquido nas exportações, além de 16,7% em valor (US\$ FOB) e 23,8% em peso líquido nas importações, a partir de 1999.

Porém, apesar dos números a cadeia têxtil possui muitos gargalhos. Segundo o Banco do Nordeste (2006 p. 329) “a cadeia têxtil possui três fragilidades fundamentais que são a gestão e a qualificação de mão-de-obra, a obtenção de matéria-prima e a necessidade de constante renovação da tecnologia utilizada”. Além disso, Viana (2005, p. 15) ainda salienta fragilidades como:

...a alta dependência de incentivos fiscais para permanências de empresas no Nordeste, a tendência de maior consumo de produtos derivados de fibras sintéticas, insumos atualmente importados pelo Nordeste, a baixa competitividade nos segmentos derivados de fibras sintéticas e o alto custo de transporte para aquisição de insumos e distribuição do produto final.

Percebe-se que são muitos os entraves da indústria têxtil no Nordeste, porém, esta região também é detentora de potencialidades singulares. A implantação da Ferrovia Transnordestina, é um fator preponderante que possibilitará a criação de alternativas logísticas para o algodão do Centro-Oeste, fator importante para o aumento da competitividade da indústria têxtil nordestina. A vinda da refinaria de petróleo da Petrobrás/PDVSA para o Estado de Pernambuco possibilitará a criação do Pólo de Poliéster do Nordeste, que terá grandes investimentos (VIANA, 2005).

A indústria têxtil no NE se configura entre gargalos e potencialidades. No entanto, sabe-se que o simples fato de existir no mercado, seja o setor/empresa/comércio está fadado a sofrer consequências positivas ou negativas decorrentes de mudanças mundiais, sejam transformações naturais ou provocadas pelo intelecto humano.

2.4.1 A Indústria Têxtil de São Bento-PB: do Artesanato à Maquinofatura

O Estado da Paraíba é responsável por uma boa parcela da representatividade que o Nordeste possui no setor têxtil. E a cidade de São Bento, interior do sertão paraibano, possui uma fatia considerável nesse sentido. Mais conhecida como a “Capital Mundial das Redes”, com apenas 64 anos de emancipação, o município, segundo o IBGE (2010) conta com uma população de 30.879 habitantes distribuídos em uma área territorial de 248, 199 km². O mesmo dispõe de uma economia crescente, baseada majoritariamente na indústria têxtil.

O destaque na produção de redes de dormir fez com que a cidade se tornasse referência nacional. Segundo Sá (2005) a rede adentrou nas atividades econômicas deste município devido à difusão da informação e das técnicas já praticadas em outras cidades nordestinas, sendo tal prática utilizada como fonte de sobrevivência desde sempre.

De acordo com Moreira (1979) “a atividade industrial em São Bento tem início com a fabricação de redes de dormir de forma artesanal. Estas eram fabricadas com instrumentos rudimentares, como é o caso dos teares de três panos”. Esta atividade foi praticada desde as primeiras décadas do século passado, sendo a principal fonte de sobrevivência dos povos que habitavam essa região.

Assim como a indústria nacional, a produção têxtil local buscava aperfeiçoamento e destaque no comércio. Um fato importante que contribuiu de forma marcante para alterar a situação em que se encontrava a produção local foi o aparecimento do fio industrializado, e posteriormente de um tear mais sofisticado, chamado “batelão” (Tear largo que permite tecer o fio na largura apropriada para a confecção da rede de dormir). Tais acontecimentos alicerçaram as bases para uma transformação substancial no caráter produtivo. Com isso, São Bento iniciava seu processo manufatureiro (CARNEIRO, 2001).

A manufatura foi ganhando mais abrangência em São Bento por volta da década de 1960, e esta significou um grande avanço no tocante às técnicas até então utilizadas pela população. A mesma trouxe significativas mudanças na produção, comércio e economia, conforme texto abaixo:

a) O modelo técnico até então vigente tinha por principal característica o trabalho familiar, sendo o trabalho assalariado em pouquíssimas proporções. Com a manufatura adota-se o assalariamento como forma de trabalho regular em função principalmente da elevada quantidade de teares empregada na produção; b) A introdução do alvejamento do fio através do uso do cloro e o emprego de tintas industriais para tingi-lo; c) Deu início à venda regular, dos produtos têxteis, para outros estados por meios de veículos próprios, localmente chamados de mecedinhas (CARNEIRO, 2001, p. 19-20).

A inserção da manufatura foi apenas um degrau para a maquinofatura. Esta adentrou no auxílio das atividades têxteis da cidade de forma bastante rápida, ao contrário da industrialização brasileira, segundo alguns autores. O fato é que à medida que o tempo passava, o mercado consumidor aumentava e necessitava ser suprido. Dessa forma, São Bento dava passos importantes para a maquinofatura industrial. Essa mecanização na indústria têxtil foi fomentada, conforme Carneiro (2001) por inúmeros fatores, dentre os quais se podem citar:

a) A expansão do mercado. Nesse caso, corresponde ao mercado do Centro Sul, uma vez que, o mercado nordestino e do Norte já era palco de distribuições e comercialização de seus produtos; b) A exploração da força de trabalho e a questão das leis sociais; c) A concorrência interna; d) A localização espacial do município de São Bento, próxima aos polos têxteis (fiações) do Nordeste; e) A política governamental de incentivos financeiros a pequenas empresas, através de instituições bancárias; f) O reaparelhamento da indústria têxtil do Centro Sul; g) A nova divisão regional do trabalho no Brasil, que se instala a partir de 1960; h) O crescimento demográfico do país e do espaço de estudo (CARNEIRO, 2001, p. 20-21).

Neste cenário, percebe-se que a industrialização têxtil de São Bento foi praticamente uma consequência positiva dos acontecimentos da época, tanto locais quanto nacionais. O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek em 1955, fundamentado na melhoria da infraestrutura do país, foi um importante feito para o escoamento dos produtos sãobentenses para outras regiões do país. Isso fez com que muitos produtos de consumo se tornassem produtos de troca e venda. Esse escoamento de produtos foi, talvez, o fato principal que resultou na transição da manufatura para a maquinofatura da cidade de São Bento (CARNEIRO, 2001).

A maquinofatura foi uma importante aliada para São Bento se tornar o polo industrial que é hoje. Atualmente, o município exporta seus produtos para quase todos os estados do Brasil, bem como para a maioria dos países da América do Sul, África, Europa e Ásia. O principal produto comercializado é a rede de dormir, também chamada de rede de descanso. Produzir cerca de 12 milhões de redes por ano lhe confere a façanha de ser chamada de “A Capital Mundial das Redes”.

São fabricadas infinitas toneladas de redes de dormir, gerando uma grande movimentação econômica no comércio interno. E isso se constituiu no principal fator pelo qual a população não sente necessidade para deslocar-se para os grandes centros urbanos do país. É por essa razão, que o município de São Bento apresenta um bom índice de crescimento, de modo a possuir uma das maiores densidades demográficas do sertão paraibano. São Bento é conhecida na região como a cidade que tem um índice 0% de desemprego e uma grande movimentação financeira, gerando um dos maiores ICMS do estado.

A indústria têxtil de São Bento se desenvolve com o passar do tempo e a cada dia adquire mais representatividade econômica e financeira para o mercado local, colocando em segundo plano as atividades típicas do semiárido nordestino, a agropecuária. Essa postura industrial torna a cidade um espaço dotado de dinamismo social, político e econômico (CARNEIRO, 2001).

3 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Nesta seção são apresentadas algumas das principais características acerca das empresas estudadas. Tais organizações estão inseridas em um ambiente majoritariamente voltado para o setor têxtil, mais especificamente para a produção de utensílios maquinofaturados e artesanais. Este cenário é São Bento-PB. Mais conhecida como a “Capital Mundial das Redes” São Bento, localizada às margens do rio Piranhas, é unidade habitacional de 30.879 pessoas, segundo o IBGE (2010). Ainda de acordo com o Instituto, o município possui uma área territorial de 248, 200 km², dispõe de uma economia crescente, baseada em maior quantidade na indústria têxtil, e possui índice zero de desemprego.

São Bento tem sua origem por volta de fins do século XIX. Inicialmente era de domínio de Brejo do Cruz, localizada a 15 km da cidade, até sua emancipação política em 1959. À medida que surgiam as casas residenciais e comerciais, surgiram também as pequenas indústrias de redes de dormir, hoje tecnicamente mais aprimorada, que deram o passo decisivo para o desenvolvimento do lugar. A perenização do rio Piranhas favoreceu o desenvolvimento do município, bem como a construção da ponte sobre o rio Piranhas, com 324 metros de extensão, a qual facilita a entrada e saída dos produtos mais variados da região.

Alves (2010) afirma que a Indústria Têxtil em São Bento é um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento e crescimento social e econômico da cidade. O destaque na produção de artigos têxteis como as redes de dormir fez com que a cidade se tornasse referência nacional, passando a ser melhor conhecida como “A Capital Mundial das Redes”.

Diante desse cenário de importância do setor têxtil para o município de São Bento - PB foram escolhidas três empresas deste ramo no intuito de evidenciar as práticas sustentáveis desenvolvidas por tais organizações. As empresas terão os pseudônimos X, Y e Z, uma vez que, os nomes verídicos serão resguardados para melhor proteger os dados referentes às mesmas e não surgir quaisquer tipos de situação desconfortável para ambas as partes envolvidas no trabalho.

A empresa X está no mercado sãobentense há cerca de 12 anos. Esta tem uma produção das mais variadas em termos de produtos têxteis, são redes de dormir, panos de pratos, jogo de cozinha e banheiro artesanais, toalhas de mesa, tapetes, varandas e franjas (apetrechos da rede), dentre outros utensílios domésticos e decorativos. Já consolidada no mercado local, a mesma comercializa cada vez mais para o exterior, fazendo com que seus produtos sejam reconhecidos e se tornando um potencial competidor dos produtos

estrangeiros que chegam à cidade. A organização **X** conta com uma equipe de aproximadamente 100 funcionários, esses que se distribuem do processo de fabricação ao de comercialização, uma vez que, a empresa possui loja de demonstração e negociação de seus produtos.

A organização **Y** iniciou suas atividades no sertão paraibano, na cidade de São Bento, no ano de 1987. Inicialmente sua produção era voltada apenas para as redes de dormir, sendo que com o passar dos anos, muitos outros artigos têxteis foram sendo desenvolvidos. Atualmente a empresa, já consolidada no mercado local, nacional e internacional possui 6 filiais, distribuídas nas capitais de Natal, João Pessoa e Fortaleza. Sua matriz conta com cerca de 50 funcionários, dos mais variados níveis de escolaridade.

A nível internacional, a empresa iniciou sua comercialização há cerca de 20 anos. Hoje, a mesma exporta para inúmeros países como Portugal, Espanha, França, Noruega, Suíça, África do Sul, Nova Zelândia, Alemanha, Estados Unidos, Canadá, Chile e Holanda. Reconhecida pelo seu interesse e preocupação com a Responsabilidade Social e ambiental a empresa foi condecorada com o prêmio universal International Quality. Seu compromisso e respeito não se limitam as questões socioambientais, mas atinge seus colaboradores, fornecedores e clientes, buscando sempre satisfazê-los, através da qualidade e excelência de seus produtos e serviços.

A empresa **Y** tem como missão desenvolver e fabricar produtos de algodão com qualidade e responsabilidade socioambiental, buscando ser referência nacional e internacional no meio têxtil. Tem como visão aumentar a participação no mercado nacional e internacional, fortalecendo a marca através de inovação e exclusividade, e manter-se uma empresa socialmente responsável. E seus valores são baseados na ética, reconhecimento, crescimento e responsabilidade social.

Assim como as demais, a empresa **Z** produz e comercializa produtos têxteis de diversos estilos. A mesma atua no mercado sãobentense há cerca de 26 anos e também realiza transações para outros estados. Apesar da idade e das transformações tecnológicas e industriais, a organização **Z** sempre apostou na produção artesanal, e pode-se dizer que este modo de produção é o “segredo” do sucesso da fábrica, afinal são 26 anos de compromisso com a qualidade de seus produtos e principalmente com a qualidade do atendimento aos clientes. Possui apenas 05 funcionários, pois boa parte de sua produção é terceirizada. O principal produto da empresa **Z** é a rede de dormir. São redes de vários tipos, com acabamentos e matéria-prima diversificados, tamanhos diferentes, categorias e cores variadas, ou melhor, fabrica e comercializa redes para todas as classes sociais.

4 METODOLOGIA

A Metodologia da pesquisa mostra todo o desenvolvimento do trabalho. Visa expor e explicar detalhadamente todos os passos seguidos para a elaboração e a construção do estudo. A metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método (caminho) do trabalho de pesquisa (BELLO, 2005).

Nesta sessão são relatados os métodos utilizados para o alcance dos objetivos propostos para este trabalho. Assim, a diante estão expostos aspectos que vão desde conceitos sobre a natureza e classificação do estudo, o método, os critérios utilizados para escolher o caso investigado, os instrumentos para coleta de dados e, por fim, como foram analisados os dados após a sua obtenção.

4.1 NATUREZA E CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa segundo Donaire (1999) pode ser considerada como procedimentos formais, com método de pensamento reflexivo, constituindo caminhos para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades atreladas a descobertas de dados importantes para o conhecimento da sociedade sobre fatos relativos a diversas ciências.

Vergara (2007) sugere dois critérios para classificar o tipo de pesquisa, sendo estes quanto aos fins (exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada e intervencionista) e quanto aos meios (pesquisa de campo, laboratório, documental, bibliográfica, experimental, estudo de caso).

Desta forma, a pesquisa ora desenvolvida é do tipo descritiva. Segundo Vergara (2005, 47), a pesquisa descritiva “expõe característica de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”.

Ainda neste trabalho foram empregadas as abordagens qualitativa e quantitativa. Roesh (2006) afirma que a utilização destes dois delineamentos faz com que uma complemente a outra, principalmente quando se trata de avaliação de resultados. A pesquisa de natureza qualitativa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém

contato direto com o ambiente e objeto de estudo em questão necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Neste caso, as questões são estudadas no ambiente em que se apresentam, sem qualquer manipulação intencional do pesquisador. De forma mais sucinta, a pesquisa qualitativa é caracterizada pela subjetividade, síntese, raciocínio dialético e indutivo, descreve significados, busca particularidades, preocupa-se com a qualidade, as questões são norteadoras, o pesquisador participa do processo, etc (CORRÊA, 2012).

Já a pesquisa quantitativa foi empregada também, pois para alcançar um dos objetivos propostos pelo trabalho foi necessário calcular as médias das respostas dos questionários aplicados no intuito de evidenciar as práticas sustentáveis mais utilizadas. Na pesquisa quantitativa como descreve Roesch (2006) a coleta de dados antecede a análise, o que diferencia da abordagem qualitativa em que ambos os processos muitas vezes se combinam.

Estas perspectivas se adéquam a proposta deste estudo, pois se pretendeu descobrir quais são as práticas de desenvolvimento sustentável realizadas pelas empresas têxteis sendo o investigador, através da aplicação de questionários e entrevistas, o veículo principal para coleta dos dados. Estes que foram posteriormente analisados, selecionados e expostos como resultados do trabalho.

Baseada na classificação de Vergara (2007) a pesquisa é classificada, quanto aos meios, como um estudo de caso, pois se caracteriza como uma investigação empírica realizada no local onde se pode identificar os elementos da problemática proposta, analisando aspectos que envolvem os relacionamentos e processos através da inter-relação dos mesmos. Gil (2010, p. 37) assegura que “o estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. E assim procedeu-se. Foram aplicadas entrevistas e questionários aos representantes das empresas com a finalidade de colher dados para que se conseguisse alcançar os propósitos estabelecidos para a pesquisa.

4.2 CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DO CASO

Para a realização deste trabalho buscou-se levantar dados de apenas 3 empresas têxteis da cidade de São Bento. Ser apenas 3 fez com que os dados fossem melhor evidenciados, bem como mais explorados. Os motivos pelos quais as empresas foram

escolhidas foram primariamente a facilidade de acesso, porém a empresa mais representativa da cidade não foi estudada justamente por causa desse fator, passando a ser substituída por outra; outro motivo foi à necessidade de descobrir como as estas empresas selecionadas tratam e adotam as práticas sustentáveis em suas atividades. Uma vez sendo três das maiores empresas têxteis do município, se tornou necessário evidenciar como essas lidam com o desenvolvimento sustentável, tema tão presente atualmente.

Esta escolha também se deu pelo fato de tais empresas apresentarem boas possibilidades de melhor explorar o assunto, bem como de atingir os resultados traçados, uma vez que, são bastante antigas no mercado de trabalho local, nacional e internacional e exercem fortes influências econômicas e sociais na cidade. E foram incluídos no estudo os representantes responsáveis pelas empresas, estes que foram uma assistente administrativa, uma gerente administrativa e um gerente-proprietário, sendo aplicado tanto questionário quanto entrevista a todos os 3 participantes.

4.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA E COLETA DE DADOS

Os métodos e as técnicas a serem empregados na pesquisa científica podem ser selecionados desde a proposição do problema, da formulação das hipóteses e da delimitação do universo ou da amostra. Segundo Roesch (2006) “a coleta de dados significa quantificar opiniões, dados através de questionários, nas formas de coletas de informações”. Dessa forma, a coleta de dados desta pesquisa ocorreu por meio de uma entrevista semi-estruturada, bem como de um questionário com perguntas fechadas baseadas em Colombo (2005).

Tal coleta ainda foi realizada com o auxílio de instrumentos específicos condizentes com os objetivos e problemas do trabalho, estes que foram à observação e a pesquisa aos sites das empresas. A técnica da observação trata-se de uma importante ferramenta, uma vez que, esta se caracteriza pela aquisição de dados de forma não verbal, no ambiente de trabalho. Além disso, outra forma de coletar os dados foi visitas aos endereços eletrônicos das empresas.

A entrevista “trata-se de um diálogo orientado que busca, através do interrogatório, informações e dados para a pesquisa” (MARTINS, 2011, p. 52). De acordo com Vergara (2007, p. 55) entrevista pode ser entendida como “um procedimento no qual você faz perguntas a alguém que oralmente lhe responde”. Dencker (1998, p. 137) afirma que

“[...] é uma comunicação verbal entre duas ou mais pessoas com um grau de estruturação previamente definido, cuja finalidade é a obtenção de informações de pesquisa”.

Para operacionalização da entrevista seguiu-se um roteiro semi-estruturado, entrevista esta baseada em Araújo (2011) e Silva (2001). No caso da entrevista semi-estruturada, as perguntas são mais flexíveis, embora guiadas por uma lista de questões ou assuntos a serem explorados. De acordo com Soriano (2004) neste formato de entrevista, o roteiro pré-estabelecido vai sendo modificado durante a conversa em função das características pessoais da fonte de informação.

As entrevistas contaram com 05 questões referentes à caracterização da empresa e 05 alusivas ao conteúdo abordado, devendo ser respondidas em um período de no máximo 30min. A aplicação destas deu-se de uma única vez, através de uma visita às empresas. Antes das entrevistas foram realizados contatos via telefone e visitas, no intuito de assegurar a disponibilidade de agenda dos profissionais que colaboraram com o levantamento.

O questionário foi aplicado concomitantemente à entrevista. Este “caracteriza-se por uma série de questões apresentadas ao respondente, por escrito” (VERGARA, 2007, p. 54). Martins e Lintz (2012, p. 38), conceituam questionário como sendo “um conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis, e situações, que se deseja medir, ou descrever”. A utilização do questionário é interessante pelo fato de evitar que ideias sejam colocadas na mente dos respondentes, como sugestões que possam fazer com que o respondente apresente atitudes que de fato não apresentam (ROESH, 2006).

O questionário foi elaborado a partir de conceitos e práticas defendidas por Colombo (2005) e aplicado aos representantes das empresas, uma gerente-administrativa, um gerente-proprietário e uma auxiliar-administrativa. Tais perguntas foram agrupadas de acordo com as variáveis que se desejou validar, sendo que na fase inicial, para a seleção das empresas foram utilizados recursos da Internet e o conhecimento da população. Dois dos entrevistados permitiram a gravação do momento da entrevista e questionário e uma terceira empresa se negou a gravar pelo fato de não querer que algumas informações citadas fossem divulgadas.

O questionário contou com um número de 4 questões fechadas, distribuídas em diferentes formas. A pergunta 1 foi dividida em 3 subseções e estas em 15 opções; a pergunta 2 foi dividida em 3 subseções e estas em 9 opções; da mesma forma a questão 3 foi dividida em 2 subseções e estas em 4 opções, e por último a questão 4 foi dividida em 3 subseções e 8 opções. No total o questionário foi composto por 36 assertivas, todas referentes às práticas de sustentabilidade que as empresas possivelmente realizam, e deveriam ser respondidas em

um período de aproximadamente 15min. Respostas essas que seriam representadas por um “x” para toda prática realizada pela empresa e deixando em branco a prática não realizada.

A coleta de dados ocorreu no período de Julho de 2013. O roteiro completo da entrevista encontra-se no Apêndice A, assim como o questionário aplicado no Apêndice B. Cabe ressaltar aqui a dificuldade encontrada nesta etapa do estudo, pois, trata-se de um tema pouco abordado e que os gestores da cidade não estão acostumados a ouvir. Tal dificuldade pode, até mesmo, ter alguma relação com o porte das empresas estudadas, porém, foi possível perceber que o simples conceito de desenvolvimento sustentável não é algo tão familiar assim.

4.4 TRATAMENTO E EXPOSIÇÃO DOS DADOS

O tratamento dos dados é a última etapa pela qual os dados coletados passam e este se refere à seção na qual se explica para como se pretende tratar estes dados coletados, justificando por que tal tratamento é adequado aos propósitos do projeto (VERGARA 2007).

Foi realizada uma seleção dos dados mais relevantes, certificando-se de que os mesmos estão completos e coerentes, o que permitiu uma descrição mais completa, detalhada e consistente com o proposto no referencial teórico e nos objetivos.

Na referida pesquisa os dados colhidos foram analisados de forma coerente aos instrumentos de coleta de dados, ou seja, na entrevista os dados foram analisados de forma não estatística, ou seja, com base na interpretação das respostas, após ser realizada a transcrição das mesmas.

De acordo com Roesch (2006) as informações colhidas pelo pesquisador no momento da entrevista, normalmente são expostas em forma de textos. A referida autora afirma ainda que a análise de textos em pesquisa científica tem sido conduzida principalmente mediante um método denominado de Análise de conteúdo, uma vez que, este conta à frequência de um fenômeno e procura identificar relações entre os mesmos.

Já os dados coletados através do questionário foram tratados por meio estatístico, para obter o pilar sustentável que mais se evidenciou nas empresas em estudo. Foi feita uma média das práticas de cada pilar Para a tabulação destes dados foram utilizadas Planilhas do Microsoft Excel 2010, sendo calculadas as referidas frequências, apresentando-as de forma estruturada e relacionando-os as informações teóricas abordadas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de atualmente muito se falar em sustentabilidade, sabe-se que esta ainda é uma realidade bastante distante das reais condições de operacionalização das empresas, do governo e até mesmo da sociedade. Se desenvolver sustentavelmente requer uma série de práticas e atitudes que mesmo os países mais desenvolvidos, encontram dificuldades em realizá-las. Assim, como essa dificuldade é praticamente unânime, o município de São Bento não se exclui das condições ora existentes.

Dessa forma, os resultados encontrados por meio das visitas, entrevistas, aplicação de questionário e informações via sites próprios das organizações, foram de real valia para se evidenciar como as empresas têxteis de São Bento estão atuando no mercado local, no tocante a realização de práticas de desenvolvimento sustentável.

Com relação à importância da adoção das práticas de Desenvolvimento Sustentável para o desenvolvimento da empresa, todos os entrevistados afirmaram que este é um ponto de grande relevância, apesar dos mesmos (X, Y e Z) terem afirmado que não realizam tantas práticas relacionadas a essa questão. A empresa X ainda afirmou que essas práticas são muito importantes, não apenas para a empresa, mas, para a população e para a cidade, porém, os clientes locais, principalmente, não se atentam muito para essas questões, fazendo com que as empresas não se sintam comprometidas com essas ações sustentáveis.

Ao se questionar sobre possuir algum certificado/premiação pelo fato de praticar ações de DS, apenas a empresa Y respondeu que sim, dois prêmios, um fornecido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o outro a nível internacional, o selo “International Quality”. A empresa X não possui nenhuma premiação, apenas as certificações necessárias para seu funcionamento, como da Agência Nacional das Águas (ANA), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) e da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA). A Z também não possui nenhuma premiação. Tais dados são representados, conforme quadro 7 abaixo:

Empresa	Prêmios/Certificações
X	Não possui
Y	International Quality e outro fornecido pela EMBRAPA
Z	Não possui

Quadro 7 - Prêmios/Certificações por realizar práticas de DS.
Fonte: Pesquisa 2013.

Os prêmios da Y são resultados de sua busca constante por maneiras mais sustentáveis de gerir a organização. A assídua participação da Y em feiras e exposições voltadas para produtos orgânicos fez com que esta produzisse seu próprio algodão. Também denominado “algodão agroecológico” pelo fato de ser produzido sem agrotóxicos e não necessitar de práticas mais agressivas ao meio ambiente, este algodão natural rendeu a empresa um prêmio concedido pela EMBRAPA, um dos órgãos mais importantes do Brasil em se tratando de questões agropecuárias. O fato de se preocupar com questões de responsabilidade social e ambiental, proporcionando melhorias para a comunidade onde atua, e do compromisso e respeito para com seus clientes, fornecedores e colaboradores fez com que esta ganhasse um prêmio a nível internacional, o “Internacional Quality”. Tais certificações foram apenas o reconhecimento às práticas sustentáveis que a empresa realiza.

O desenvolvimento sustentável segundo Colombo (2005) é dependente de práticas realizadas em 4 dimensões. São elas: ambiental, social, estratégica e econômica. Segundo o autor, ações realizadas contemplando tais dimensões configura a adoção do desenvolvimento sustentável em qualquer tipo de segmento. Nesse sentido, o quadro 8 demonstra as práticas ambientais que as empresas têxteis em estudo (X, Y e Z) realizam em suas organizações:

PRÁTICAS DO PILAR AMBIENTAL	X	Y	Z
Coleta seletiva			
Reciclagem dos insumos do processo produtivo	✓	✓	
Reutilização dos recursos	✓	✓	✓
Reciclagem de papel			
Reciclagem de água	✓		
Reflorestamento	✓		
Despoluição de água			
Projetos de preservação ambiental			
Redução de poluentes do ar			
Redução da utilização de combustíveis fósseis			
Redução da utilização de recursos florestais	✓		
Redução da utilização de água	✓		
Energia Renovável			
Redução da utilização de plásticos			
Redução da utilização de todos os recursos naturais			

Quadro 8 – Práticas ambientais desenvolvidas pelas empresas X, Y e Z.

Fonte: Pesquisa 2013.

Mediante quadro percebe-se, em termos numéricos, que a empresa X é a que mais realiza práticas ambientais. São práticas do tipo reciclagem de insumos provenientes do processo produtivo, reutilização dos recursos, reciclagem da água utilizada na produção,

reflorestamento, redução da utilização de recursos florestais e redução da utilização da água. Tais ações retratam a preocupação da empresa para com as práticas de DS voltadas para o meio ambiente. A organização Y realiza duas práticas ambientais: a reciclagem dos insumos do processo produtivo e a reutilização dos recursos; e a empresa Z realiza apenas a reciclagem dos insumos provenientes do processo produtivo.

As poucas práticas realizadas pelas empresas Y e Z podem ser explicadas por inúmeros fatores. A Y, apesar de estar por mais de 26 anos no mercado, exportar para muitos países, etc. ainda possui uma produção muito artesanal. O fato de utilizar o algodão natural na fabricação de seus produtos faz com que esta não empregue água, madeira e muitos dos recursos naturais (RN) disponíveis. E por não utilizar tais recursos, esta não realiza muitas práticas voltadas para o equilíbrio do meio ambiente, seja de reciclagem, recuperação de áreas devastadas ou até mesmo de redução da utilização desses RN. A Z além de ter sua produção majoritariamente artesanal, ainda trabalha com a terceirização de grande parte da produção, fazendo com que não gere grandes danos ambientais.

Ainda pode-se perceber que a única prática ambiental comum às três empresas é a reutilização dos recursos. Esta ação acontece por dois motivos principais: primeiro porque muitos produtos ao serem finalizados geram alguns tipos de insumos que são tanto utilizados na própria empresa, em outros processos, como servem para doação a escolas, espaços culturais, desfiles, entre outros; segundo porque, ao serem reutilizados, os insumos não são jogados no meio ambiente e assim não poluem, não geram lixões, não se acumulam em locais inadequados, inviabilizando possíveis queimadas e outras práticas nocivas.

Ainda neste cenário de reutilização dos recursos, a principal prática realizada pela empresa X é com a água. Toda a água utilizada no processo de tingimento dos produtos é tratada e reutilizada para regar as plantas existentes ao redor da empresa. Araújo (2011) reporta que o tingimento é o processo mais nocivo ao ambiente natural, principalmente por poluir as águas. Silva (2005) afirma que a indústria têxtil está entre as 10 maiores consumidoras de água do Brasil. Diante desse dado pode-se afirmar que práticas sustentáveis voltadas para os recursos hídricos são muito significativas, até porque a água doce existente no mundo corresponde a apenas 3% (ARAIA, 2009).

As organizações Y e Z reutilizam os fios que tecem as redes. Estes são enrolados em utensílios chamados “taboca”. Quando o processo de produção é iniciado tais utensílios são colocados nas máquinas e, antes da máquina consumir totalmente o fio destas tabocas, essas são substituídas. Dessa forma, sempre sobra “restos” de fios nesses utensílios. Então, a

reutilização acontece a partir do momento em que esses restos são unidos, formando novas tabocas completas e aptas para serem repostas nas máquinas.

Colombo (2005) afirma que muitas empresas atuam não apenas preservando o meio ambiente, mas, recuperando áreas devastadas pela ação do homem e de tantas organizações descompromissadas com o equilíbrio da natureza. O autor ainda reporta que, embora sejam estas as maiores responsáveis pela utilização dos recursos naturais, as ações sustentáveis não devem partir apenas delas, mas, de toda a sociedade.

O fato da maioria das práticas do pilar ambiental não ser realizada não significa que não são importantes. De acordo com as empresas X, Y e Z tais práticas não condizem com a realidade dos empreendimentos. Realizar coleta seletiva, fazer reciclagem de papel, despoluir água, ter projetos de preservação ambiental e reduzir poluentes do ar são práticas não muito complexas, porém, extrínsecas ao porte das empresas estudadas. E práticas voltadas à redução da utilização de combustíveis fósseis, energia renovável, plásticos e outros recursos naturais são ainda mais distantes das condições, prioridades e necessidades das empresas em questão.

As práticas sustentáveis voltadas para o pilar Social são bastante evidenciadas dentro das empresas visitadas. Tal informação melhor se apresenta no quadro 9:

PRÁTICAS DO PILAR SOCIAL	X	Y	Z
Educação ambiental	✓		✓
Capacitação de jovens para o trabalho		✓	✓
Capacitação de adultos para o trabalho		✓	✓
Financiamento de projetos comunitários		✓	✓
Promoção de projetos			
Promoção de voluntariado			
Criação de empregos	✓	✓	✓
Incentivo a oficinas culturais			
Programação cultural		✓	

Quadro 9 - Práticas Sociais desenvolvidas pelas empresas X, Y e Z.

Fonte: Pesquisa 2013.

De acordo com Colombo (2005) as organizações concentram boa parte de suas ações sustentáveis no pilar Social, uma vez que, segundo Stead e Stead (2000) a melhoria da qualidade de vida da população reflete diretamente no sucesso econômico de um negócio. E dentro da pesquisa, uma das empresas visitadas (Y) se enquadra bem a esta afirmação, porém as outras duas (X e Z) se distanciam um pouco.

A empresa X pratica ações voltadas apenas para a educação ambiental e a criação de empregos, afirmando que seu foco é mais voltado para a realização de práticas sustentáveis no âmbito ambiental. A educação ambiental dá-se à medida que a empresa recebe grupos de estudantes de 1º, 2º e 3º graus, pesquisadores e/ou interessados em conhecer a produção da empresa. Através dessas visitas são passadas informações acerca do processo produtivo e das práticas sustentáveis realizadas, buscando aguçar o consumo consciente. A Y realiza práticas de capacitação de jovens e adultos, financia projetos comunitários sempre que é acionada, cria empregos e possui uma programação cultural bastante inovadora, tanto para seus colaboradores quanto para a comunidade, com palestras frequentes, dias designados para determinadas atividades, etc.

Percebe-se que a empresa Y, dentre as pesquisadas, é a mais preocupada com as práticas sociais, são ações que beneficiam do presidiário ao indivíduo rural. A empresa transporta as redes semi-prontas para que os detentos aprontem-nas e assim, ganhem sua renda. Da mesma forma acontece com boa parte do setor rural. Além disso, a Y possui parcerias com cooperativas que fazem este mesmo trabalho de acabamento das redes.

A organização Z pratica ações de educação, de capacitação de jovens e adultos, principalmente através de treinamentos internos, financiamento de projetos comunitários (Espaço Nordeste - espaço sociocultural que oferece programas específicos para estudantes de nível fundamental maior, menor e técnico-profissionalizante) e criação de empregos. Sua contribuição para com a sociedade está intimamente atrelada ao ensinamento, à oportunidade de aprendizagem e ao incentivo a práticas sustentáveis.

A criação de empregos é o ponto comum entre as empresas. Esta geração dá-se através de práticas de beneficiamento, principalmente a partir das redes. A empresa Z fabrica o tecido, e o acabamento é todo realizado pela comunidade ou por cooperativas parceiras. Esta oferta tecidos semi-acabados, para serem personalizados, e demandam os tecidos transformados em redes prontas para a comercialização. Esta prática é comum não apenas nas empresas estudadas, mas, na maioria dos estabelecimentos têxteis da cidade. A X e Y geram empregos em todo o seu processo produtivo e comercial. As três empresas geram cerca de 120 empregos diretos e muitos outros de forma indireta. Monteiro Filha e Corrêa (2002) afirmam que a capacidade de gerar emprego e de promover o desenvolvimento regional faz com que a cadeia têxtil seja considerada de significativa importância.

Porém, apesar das práticas sociais serem bastante importantes, Nassif et al (2004) afirma que este pilar não compreende o foco das organizações, pois muitas de suas práticas

são normalmente confundidas com assistencialismo e filantropia, não constituindo de fato, práticas de desenvolvimento sustentável.

A promoção de projetos e de voluntariado, bem como o incentivo a oficinas culturais não fazem parte das práticas realizadas pelas empresas. Primeiro pelo tempo que tais ações demandam e segundo pelo fato dos focos organizacionais serem mais voltados para outras atividades com igual importância para o desenvolvimento social destas.

Estudos realizados por Abreu et al (2008) demonstraram que existe maior preocupação com a conduta ambiental do que com a conduta social. Segundo o autor este comportamento decorre da existência de pressões ambientais da estrutura da indústria, principalmente provocadas por clientes e comunidade, além das exigências legais. A pesquisa revelou que essas pressões são mais fortes e presentes na área ambiental que social, embora tais resultados não terem sido visualizados neste estudo.

Outro pilar constituinte do processo de DS é o Econômico. As empresas buscam cada vez mais formas de mensurar as práticas adotadas, de saber se estas darão os resultados esperados. E neste pilar as empresas entrevistadas se comportaram conforme quadro 10:

PRÁTICAS DO PILAR ECONÔMICO	X	Y	Z
Índices de sustentabilidade			
Apresentação de relatório de sustentabilidade			
Metas a serem alcançadas	✓	✓	
Gerar renda	✓	✓	✓

Quadro 10 - Práticas Econômicas desenvolvidas pelas empresas X, Y e Z.

Fonte: Pesquisa 2013.

De acordo com o quadro pode-se perceber que as práticas voltadas para o pilar econômico são bastante resumidas. Tal fato talvez se deva a falta de conhecimento acerca do que vem a ser tais práticas destinadas a dimensão econômica. Todas as empresas entrevistadas encontraram certa dificuldade em responder tal questionamento, porém, ao entender o significado chegaram à conclusão que não praticam nenhuma forma de medir a sustentabilidade de suas empresas, nem através de índices de sustentabilidade, nem tampouco apresentando relatórios com tais dados.

As ações evidenciadas foram voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico. Ambas (X, Y e Z) geram renda para a população e apenas as empresas X e Y traçam metas que desejam alcançar. A Z afirma que não estipula metas porque intuita apenas se manter onde está, na posição de mercado que se encontra, que está satisfeito com a

produção e comercialização realizada atualmente, não necessitando adotar planos estratégicos que busquem maiores mercados.

O último pilar do desenvolvimento sustentável, definido por Colombo (2005) é o Estratégico. Este, segundo o autor citado, é uma ferramenta indispensável para a sustentabilidade das empresas atuais e do futuro. E nesse aspecto, as organizações estudadas se apresentam conforme quadro 11 a seguir:

PRÁTICAS DO PILAR ESTRATÉGICO	X	Y	Z
Imagem da organização	✓	✓	✓
Sobrevivência da organização	✓	✓	
Competitividade		✓	
Gestor ambiental			
Responsabilidade Social	✓	✓	✓
Criação de valor para a organização	✓	✓	
Criação de valor para acionistas		✓	
Criação de valor para clientes	✓	✓	

Quadro 11 - Práticas Estratégicas desenvolvidas pelas empresas X, Y e Z.

Fonte: Pesquisa 2013.

Baseando-se no quadro acima pode-se perceber que as práticas estratégicas são muito presentes nas empresas estudadas. A Y desenvolve ações voltadas para a imagem da organização, para a sobrevivência, competitividade, se preocupa em realizar práticas de Responsabilidade social, que crie valor para a empresa, para os clientes e acionistas. O fato de utilizar algodão reciclado torna a Y uma empresa bastante competitiva no mercado, uma vez que, adquire esta matéria-prima a um preço mais acessível. Desta forma, além de utilizar uma matéria-prima sustentável, fazendo marketing por esta ação, adquire a matéria-prima por um preço menor, o que contribui para a sobrevivência econômica da empresa, e ainda gera valor para seus clientes, acionistas e para si por ofertar um produto aceitável e condizente com os preceitos da sustentabilidade.

Da mesma forma acontece com a empresa X. Esta, ao reutilizar a água do processo de tingimento, faz o marketing para as pessoas que visitam a empresa ou já são clientes, zelando a imagem da mesma; tem responsabilidade para com a sociedade, uma vez que, não despreza a água utilizada no meio ambiente e cria valor para seus stakeholders a partir do momento em que se torna destaque/diferenciada no meio de tantas indústrias têxteis do município.

A empresa Z possui uma filosofia de existência no mercado diferenciada das demais pesquisadas. Realizando apenas práticas de responsabilidade social e voltadas para a

imagem da empresa, a Z preocupa-se em ensinar técnicas e práticas têxteis a comunidade, principalmente àqueles que buscam o primeiro emprego, em incentivar a aprendizagem tecelã, em demonstrar que a produção que não depende da queima de madeira (consumo das matas), ou da poluição das águas e do meio ambiente.

Ainda segundo o gráfico a única prática não realizada pelas empresas concerne à indisponibilidade de um gestor exclusivo para tratar das questões ambientais sustentáveis. As empresas afirmam que não possuem um gestor ambiental pelo fato de não realizarem muitas práticas voltadas para o meio ambiente e também por julgar não ser tão necessário um funcionário ter a função única e exclusiva de gerir tais ações.

Mediante apresentação das práticas locadas nos 4 pilares do DS pode-se perceber que as práticas do pilar Estratégico são as mais evidentes pelas empresas, onde apenas uma não é citada. Apesar de não existir um gestor responsável especificamente pelas questões sustentáveis e de não possuírem um planejamento estratégico essencial a todo e qualquer empreendimento, as empresas se mostraram bastante preocupadas com a sustentabilidade da organização, com a criação de valor para seus stakeholders, bem como com a Responsabilidade Social.

O gráfico 1 demonstra, em termos percentuais, os pilares mais evidentes dentro das empresas em questão:

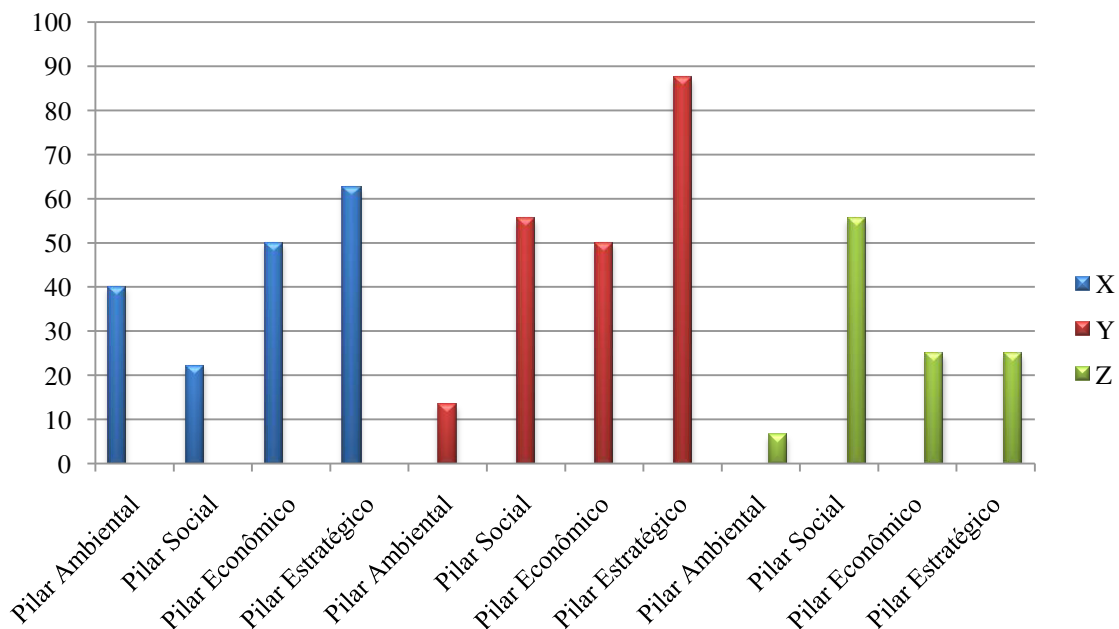


Gráfico 1 – Pilares do desenvolvimento sustentável mais evidenciados pelas empresas.

Fonte: Pesquisa 2013.

O pilar estratégico foi o mais evidenciado pelas empresas X e Y, representando respectivamente 62,5% e 87,5% das 8 práticas alocadas neste pilar. A X realizando 5 práticas e a Y 7. Na empresa Z o pilar mais evidenciado foi o Social, realizando 55,5% das 9 práticas inerentes a esta dimensão, ou seja, 5 práticas. Os pilares menos evidenciados nas empresas foram o Social na X, com somente 2 ações, e o Ambiental na Y e Z, sendo a Y realizando 2 práticas e a Z apenas 1.

Ainda de acordo com o gráfico pode-se perceber que a empresa X atinge 40% das práticas alocadas no pilar Ambiental, 6 ações de um total de 15, e 50% das práticas do pilar Econômico, 2 ações de um total de 4. A empresa Y desempenha 50% das práticas do pilar Econômico, 2 de 4, e 55% das práticas Sociais, ou seja, 5 ações de um total de 9. A Z realiza 25% das práticas Econômicas, 1 de 4, e 25% das Estratégicas, 2 de 8.

Ao questionar as empresas sobre o que as motivou a adotar práticas sustentáveis em suas organizações, ambas as entrevistadas (X, Y e Z) afirmaram que foi a questão da consciência, pois, percebendo que poderiam fazer algo que contribuísse para a integridade, principalmente do meio ambiente, resolveram realizar as práticas mencionadas. Outro ponto evidenciado foi o atendimento à legislação para obtenção das certificações necessárias para a existência dos empreendimentos, sendo tal motivo também relatado em estudos realizados por Abreu (2008).

Em relação à forma como o gestor nota que os clientes veem as empresas que trabalham com sustentabilidade, a empresa Y afirmou que veem com “olhos mais atentos”, de forma mais comprometida com os RN. A organização X afirmou que os clientes deveriam ver como algo bastante importante para a cidade, para a sociedade, para o meio ambiente, porém, a mesma acredita que a população são-bentense não dá importância para essas questões. A Z acredita que a cultura capitalista, despreocupada com o meio ambiente, em especial, ainda está muito enraizada, fazendo com que não haja a preocupação necessária para com estes assuntos.

Além da cultura da cidade, em não dar muita importância às questões sustentáveis, da falta de incentivo dos poderes públicos, em relação à adoção de práticas de sustentabilidade, ainda não há uma fiscalização mais pragmática atuando nessas empresas têxteis, ou melhor, as organizações entrevistadas afirmaram que não existe nenhum termo de conduta/compromisso por parte delas no tocante a realização de práticas sustentáveis. Estas afirmam que realizam tais ações por julgarem importantes, por acreditarem que estão contribuindo de forma positiva para o equilíbrio do meio em que estão inseridas. Os órgãos fiscalizadores se preocupam apenas com as práticas exigidas legalmente, aquelas necessárias

para que as empresas possam existir e/ou adquirir as certificações obrigatórias, não havendo nenhuma ação motivacional, por parte destes, no tocante a realização de práticas sustentáveis mais intensas.

6 CONCLUSÕES

O desenvolvimento sustentável é atualmente um dos assuntos mais comentados em todo o mundo. Se desenvolver garantindo a satisfação das necessidades presentes, sem comprometer a satisfação das necessidades futuras é um dos maiores desafios já encontrados pela classe empresarial, pelos órgãos públicos e pela própria comunidade. Tal necessidade de equilibrar a utilização dos recursos naturais é decorrente do uso intempestivo desses recursos, durante muito tempo. O homem, num busca capitalista ilimitada, fez com que os recursos ambientais se tornassem limitados, com “prazo de validade”.

As condições ambientais se encontram bastante prejudicadas pelo padrão de desenvolvimento e consumo atual. Desse modo, o desenvolvimento sustentável pode ser uma resposta aos anseios da sociedade. Essa que tem como único recurso realizar práticas sustentáveis e cobrar das autoridades e empresas, uma vez que, são estas as maiores responsáveis pela degradação ambiental, medidas baseadas na sustentabilidade, ou seja, meios de produção, distribuição e consumo dos recursos existentes de forma mais coesiva, economicamente eficaz e ecologicamente viável.

Assim como a necessidade de medidas sustentáveis é praticamente geral, a indústria têxtil de São Bento – PB também precisa buscar diariamente meios de se desenvolver baseados no compromisso para com as gerações futuras. Uma vez sendo um município fundamentado na atividade têxtil, este necessita desempenhar estratégias sustentáveis que proporcionem sua sobrevivência, até mesmo no mercado exterior, visto que a visão e as necessidades dos clientes estão em constantes mudanças.

Dessa forma, ao se evidenciar as práticas sustentáveis realizadas por empresas têxteis no município, pode-se concluir que as estas ainda são tímidas, que o próprio conceito de desenvolvimento sustentável é novo e desconhecido por muitos. Porém, apesar da falta de informação nessa área, da inexistência de incentivo a essas ações, da ausência de interesse da comunidade, muitas práticas sustentáveis foram evidenciadas nas empresas estudadas.

As práticas voltadas para o pilar Social e para o pilar estratégico foram as mais evidenciadas. As empresas demonstraram uma preocupação significativa para com a sociedade, desenvolvendo vários tipos de práticas e contribuindo diretamente e positivamente para melhores condições de vida dos sãobentenses. Da mesma forma percebeu-se que as ações voltadas para a sobrevivência da empresa também foram expressivas. Diante disso, pode-se concluir que a existência da empresa no mercado faz com que a sociedade seja

bastante beneficiada, se transformando em potenciais consumidores, uma vez que, a tendência dessas práticas sociais é melhorar as condições de vida da comunidade.

As ações voltadas para o pilar econômico e ambiental não tiveram o mesmo desempenho dos pilares estratégicos e sociais. Porém, as poucas práticas ambientais são bastante importantes para a empresa e para a sociedade, uma vez que, contribui para a manutenção de outras vidas e não polui os recursos naturais que a população utiliza. Talvez o reduzido número de práticas ambientais seja justificado pela inexistência de incentivo dos órgãos públicos, pela falta de conhecimento das empresas em como realizar tais práticas, por causa do porte do estabelecimento, pela pouca cobrança dos consumidores ou até mesmo pela falta de compromisso da própria população e organizações. Isso pode ser evidenciado quando as empresas afirmam que as práticas de DS realizadas são assim feitas por decisão própria e não por algum tipo de imposição de órgãos responsáveis por estas questões.

Apesar de quase todas as práticas citadas serem realizadas por alguma empresa, o que se conclui é que sendo a cidade movida pela indústria têxtil, esta ainda caminha a passos lentos quando se trata de se desenvolver sustentavelmente. Uma justificativa aceitável para este fato é a cultura capitalista da cidade, esta que se apresenta com pouca preocupação para com os limites físicos e o equilíbrio ambiental.

Limitações nesta pesquisa devem ser reconhecidas. A primeira inclui o número de empresas entrevistadas, tanto pelo fato da inacessibilidade à empresa de maior porte e mais significativa da cidade, quanto pelo medo de alguns empresários em divulgar informações sobre seus empreendimentos. Além disso, ainda podem ser considerados entraves como: algumas informações parcialmente completas, informalidade e irregularidade trabalhista, pouca atuação de Órgãos responsáveis pela cobrança de práticas sustentáveis, inexistência de incentivos, dos órgãos responsáveis, às essas práticas sustentáveis, até mesmo por parte do governo, pouco conhecimento, por parte da população no geral, acerca do que seja Desenvolvimento Sustentável, entre outros.

REFERÊNCIAS

ABIT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E CONFECÇÕES. **Dados sobre o setor**. Disponível em: <<http://www.abit.org.br/content/area/PublicacaoHTML.asp?nCodAreaConteudo=64&nCodPublicacao=127>>. Acesso em: 15 ago. 2003 e 26 mar. 2005.

ABRAMOVAY, R. **Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil?** Novos estudos, 87 II, 2010. Disponível em: <<http://www.observatoriodoagronegocio.com.br/page41/files/AbramovayCEBRAP87.pdf>>. Acesso em: 15 Jul 2013.

ABREU, M. C. S.; FILHO, J. C. L. S.; OLIVEIRA, B. C.; HOLANDA JÚNIOR, F. L. **Perfis estratégicos de conduta social e ambiental: estudos na indústria têxtil nordestina**. Gest. Prod., São Carlos, v. 15, n. 1, p. 159-172, jan.-abr. 2008.

ALBERTON, L.; CARVALHO, F.; CRISPIM, G. **Evidenciação da Responsabilidade Social/Ambiental da Perspectiva de Um Novo Contexto Empresarial**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2004. Disponível em: <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos42004/151.pdf>>. Acesso em: Abril, 2013.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. Alta floresta – MT, 2012.

ALVES, F. H. A. **A importância da indústria de redes para o desenvolvimento socioeconômico de São Bento/PB. (monografia)**. Curso de Geografia. Faculdades Integradas de Patos – FIP, Patos, 2010.

APOLINARIO, V. **Emprego na Indústria de Transformação Nordestina nos anos 90: foco sobre a indústria têxtil**. Disponível em: www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/3reg/33.DOC. Acesso em: jun. 2013.

ARAGÃO, E. F. (coord.) [et al]. **O Fiar e o Tecer: 120 anos da indústria têxtil no Ceará Fortaleza**. SINDITÊXTIL / FIEC, 2002.

ARAIA, E. **Água doce: O ouro do século 21**. 2009. Disponível em: <<http://revistaplaneta.terra.com.br/secao/meio-ambiente/agua-doce-o-ouro-do-seculo-21>>. Acesso em: 20 Jun 2013.

ARAÚJO, F. C. M. D. de. **Os impactos Ambientais da Indústria Têxtil em São Bento/PB.** Monografia: Curso de Geografia- Faculdades Integradas de Patos: Patos, 2011.

ASHLEY, P. A. **Ética e Responsabilidade Social nos negócios.** São Paulo: Saraiva, 2005.
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Política produtiva para o Nordeste – uma proposta.** Fortaleza: BNB, 2006.

_____. O Segmento da Malharia da Indústria Têxtil do Nordeste. **Estudos Setoriais,** Fortaleza, n.6, p.74, 1999.

_____. **Competitividade da Indústria Têxtil no Nordeste – Banco do Nordeste.** Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE. Fortaleza, 1997.

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões.** 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008.

BARBOSA, S. R. C. S. **Ambiente, qualidade de vida e cidadania. Algumas reflexões sobre regiões urbano-industriais.** In: HOGAN, D. J., VIEIRA, P. F (Org.). Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995. P.193-210.

BECKER, D. F. **Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional.** In: BECKER, Dizimar Fermiano (Org.). Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

BELL, S.; MORSE, S. **Measuring sustainability.** London: Earthscan, 2003.

BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BELLO, J. L. P. **Metodologia Científica: Manual para Elaboração de Textos Acadêmicos, Monografias, Dissertações e Teses.** Universidade Veiga de Almeida – UVA. Rio de Janeiro – 2005. Disponível em:
<<http://www.batlab.ufms.br/~wagner/apostilas/metodologia/metcomp.pdf>>. Acesso em: 27 Set. 2012.

BENEDETTI, M. H.; LIMA, P.; SILVA, M.; VILAS BOAS, L. M. **Contribuições para o desenvolvimento sustentável: a experiência da logística de combustíveis.** In: Sociedade Latino Americana de Estratégia (Org.). Anais do XVII Congresso Latino Americano de Estratégia. Itapema, SLADE, 2004.

BORGES, A. P. A. A. **Evidenciação voluntária das práticas em desenvolvimento sustentável: um estudo nas grandes Empresas brasileiras de papel e celulose.** Florianópolis, 2008.

BRUNO, F. S. (Org.). **Estudo prospectivo setorial de têxtil e confecções: panorama setorial.** Versão resumida. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégico/Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, 2007.

CARNEIRO, R. N. A. **A indústria têxtil em São Bento – PB: da manufatura à maquinofatura.** 2001. Monografia. 66fls. Campina Grande, 2001.

CASTELLS, M. A. **A cidade na nova economia.** In: MACHADO, Jorge Alberto S. (Org.). Trabalho, economia e tecnologia: novas perspectivas para a sociedade global. São Paulo: Tendenz, Bauru: Práxis, 2003. p. 209.

CERTO, S. C. **Administração Moderna.** 9.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

CLEMENTINO, M. L. M. **A evolução da indústria têxtil no contexto da afirmação do imperialismo americano.** XII Colóquio Internacional de Geocrítica. 2012. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/01-M-Miranda.pdf>>. Acesso em: Jul 2013.

COLOMBO, B. A. **Desenvolvimento Sustentável: do Conceito à Prática, uma Questão de Sobrevivência.** São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.ethos.org.br/Uniethos/Documents/Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel_%20do%20conceito%20%C3%A0%20pr%C3%A1tica,%20uma%20quest%C3%A3o%20de%20sobreviv%C3%Aancia..pdf. Acesso em: Out. 2012.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum.** Editora da Fundação Getúlio Vargas, ed. 2ª, Rio de Janeiro, 1991.

CORRÊA, C. C. **Metodologia da Pesquisa.** Curso: Gestão em Auditoria e Perícia Ambiental.

COSTA, S.; BERMAN, D.; HABIB, R. L. 150 anos da indústria têxtil brasileira. Rio de Janeiro: SENAI-CETIQT, 2000.

CUNHA, R. Z. A. **A Gestão Ambiental nas Empresas sob a Ameaça da Escassez de Água.** Taubaté: 2000. Monografia. Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de Taubaté. Disponível em:

<http://www.unitau.br/prppg/cursos/ppga/mba/2000/cunha_renato_zattar_afonso_da.pdf>. Acesso em: Abril, 2013.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DONAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ELKINGTON, J. **Towards the sustainable corporation: win-win-win business strategies for sustainable development**. California Management Review. v.36, n.2, p. 90-100. Winter, 1994.

FARIA, R. **Cadeia produtiva têxtil e vestuário**: Programa TexBrasil. Palestra apresentada na Federação das Indústrias do Estado do Ceará, 03 mai. 2005.

FELDMAN, F. **Entendendo o meio ambiente**. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1997.

FERNANDES, J. W. N. **A gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável sob a ótica da contabilidade ambiental**. XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia, 2000.

FOOT, F.; LEONARDI, V. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.

GAZETA MERCANTIL. **Panorama setorial: fiação, tecelagem e malharia**. Vol I. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1999.

GIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010

HARTMAN, C. L.; HOFMAN, P. S; STAFFORD, E. R. **Partnerships: a path to sustainability**. Business Strategy and the Environment; v.8, n.5, p. 255-266, Set. 1999.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 21 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE cidades**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=251390&search=paraibalsao-bento>. Acesso em: Jun 2013.

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: Brasil 2004. Rio de Janeiro: IBGE. 2004. 400 p. (Estudos e pesquisa. Informação geográfica, n. 4).

LOUETTE, A. **Indicadores de Nações: uma Contribuição ao Diálogo da Sustentabilidade: Gestão do Conhecimento** / organização, pesquisa, textos e captação de recursos Anne Louette. - 1.ed. São Paulo: WHH – Willis Harman House, 2007. Vários Colaboradores.

LOUREDO, P. **Rio+20.** Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/biologia/rio-20.htm>>. Acesso em: jun 2013.

LUZ, S. **Capital Intelectual: Uma vantagem Competitiva.** Disponível em: www.administradores.com.br. Acesso em: Abril, 2013.

MARTINS, G. A.; LINTZ, A. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso.** 2. ed.- 5°. Reimpr.- São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações.** 6ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, E. **Capital Intelectual: Verdades e Mitos.** XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia. 2000.

MCINTOSH, M.; LEIPZIGER, D.; JONES, K.; COLEMAN, G. **Cidadania corporativa: estratégias bem-sucedidas para empresas responsáveis.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MEADOWS, D. **Indicators and information systems for sustainable development.** Hartland: Sustainability Institute, 1998. Disponível em <http://www.iisd.org/pdf/s_ind_2.pdf>. Acesso em: Abril 2013.

MELO, M. C. V. **Uma análise sobre a abertura do mercado brasileiro para a indústria têxtil e de confecções no nordeste no período de 1989 a 2000.** 2004. Monografia (33fl) apresentada ao curso de Ciências econômicas, 2004.

MENDES, M. C. **Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt2.html>. Acesso em: Out. 2012.

MERICO, L. F. K. **Introdução à economia ecológica**. Blumenau: EDIFURB, 2002.

MERLO, R.; GALLINA, D. **A Importância da Contabilidade Ambiental e sua Utilização na Preservação do Meio Ambiente**. 2005. Disponível em: <www.merlo.pro.br>. Acesso em: Abril, 2013.

MONTEIRO FILHA, D. C. CORRÊA, A. **O complexo têxtil**. In: RIBEIRO, A. D. (Ed.). BNDES 50 anos: histórias setoriais. Portal BNDES, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: [HTTP://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_setorial/setorial11.pdf](http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_setorial/setorial11.pdf). Acesso em: Ago 2013.

MOREIRA, R. **O Nordeste brasileiro: Uma política regional de industrialização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (série estudos sobre o Nordeste; v. 4).

MOTA, E. A. D. **O papel das organizações no desenvolvimento sustentável: um olhar sobre a perspectiva da responsabilidade social**. UniFAE - Mestrado em Organizações e Desenvolvimento. Disponível em: http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/sustentabilidade/eduardo_oppapeldasorganizacoes.pdf. Acesso em: Set. 2012.

NASSIF, V. M. J.; HANASHIRO, D. M. M.; CARVALHO, V. A. C.; BENEDETTI, M. H. **Afinal, quem é o líder voltado aos princípios do desenvolvimento sustentável?** In. ENANPAD, 2004.

MOURA, A. H. **Os ativos intangíveis e o Capital Intelectual**. Seminário três manhãs de Gestão do Conhecimento na BIREME 6-8 de julho de 2004.

OLIVEIRA, J. A. P. **Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

PADILHA, M. L. M. L. **Indicadores de desenvolvimento sustentável para o setor têxtil** [tese de doutorado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2009.

PADILHA, M. L. M. L.; FERREIRA, L. G. PHILIPPI JR. A.; MALHEIROS, T. F. Prática ambiental em indústrias têxteis do Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais** - Número 12 - Abril/2009.

PHILIPPI JR., A.; MALHEIROS, T. F. **Saúde ambiental e desenvolvimento**. In: PHILIPPI JR, A.; PELICIONI, M. C. F. Educação ambiental e sustentabilidade. Barueri: Manole, 2005. p. 59-83.

PRADO, R. V. B.; PRADO, M. V. **Relatório setorial da cadeia têxtil brasileira**. São Paulo: IEMI; 2004.

PRESTON, L. **Sustainability at Hewlett-Packard: from theory to practice**. California Management Review, v. 43, n. 3, p. 26-37, 2001.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE GOIÁS. “**Devastação do cerrado é maior que da Amazônia**”. JusBrasil, 2010. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/1867382/devastacao-do-cerrado-e-maior-que-da-amazonia>. Acesso em: 18 jul 2013.

REBOLÇAS, F. **Eco 92**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/ecologia/eco-92/>>. Acesso em: jun 2013.

RIBEIRO, M. F.; PEIXOTO, J. A. A.; XAVIER, L. S. **Indicadores de desenvolvimento sustentável: um estudo da estrutura brasileira**. IV Congresso Nacional de excelência em gestão. Responsabilidade Socioambiental das Organizações Brasileiras. Niterói, RJ, Brasil, 2008.

ROCHA, R. E. V. **Documento síntese de acompanhamento do setor têxtil**. Subsídios para Avaliação, Formulação e Atualização das Políticas e Programas de Financiamento Setorial/Atividade no BNB. Fortaleza: BNB, 2007. (Versão preliminar – circulação interna).

RODRIGUEZ, M. A.; RICART, J. E.; SANCHEZ, P. **Sustainable development and sustainability of competitive advantage: a dynamic and sustainable view of the firm**. Creativity & innovation Management journal, v.11, n.3, p.135-146. Set. 2002.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3ª Ed. – 2ª reimpressão. – São Paulo: Atlas, 2006.

ROSSI, M. S.; BROWH, H.; BAAS, L. W. **Leader in sustainability development: how agent of change be fine the agenda**. Business Strategic and Environment, n. 9, p. 273-286, 2000.

SÁ, A. J. **A produção do espaço e os circuitos de fluxos da indústria têxtil de São Bento-PB**. Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA. v. 22, n. 2, 2005.

SACHS, I. **Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbana**. Os casos da Índia e do Brasil. In: VIEIRA, P.F. & WEBER, J.

(orgs.). *Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: Novos Desafios para a Pesquisa Ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, G. O.; VALENÇA, R. F. **Desenvolvimento sustentável: responsabilidade socioambiental nas organizações**. Disponível em:

http://www.opet.com.br/revista/administracao_e_cienciascontabeis/pdf/n5/DESENVOLVIMENTO-SUSTENTAVEL_RESPONSABILIDADE-SOCIOAMBIENTAL-NAS-ORGANIGACOES.pdf. Acesso em: Out. 2012.

SATO, M. S.; SANTOS, J. E. **Agenda 21 em sinopse**. São Carlos, 1996. 41p. programa de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos.

SCANDAR NETO, W. J. **Síntese que organiza o olhar: uma proposta para construção e representação de indicadores de desenvolvimento sustentável e sua aplicação para os municípios fluminenses**. Rio de Janeiro, 2006, 110 f. Dissertação (Mestrado) – Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2006.

SERRANO, L. M.; BARBIERI, A. F. **Meio ambiente e desenvolvimento sustentável no Brasil: uma descrição de indicadores de sustentabilidade ambiental aplicáveis à realidade brasileira**. 2008. Disponível em:

http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_1599.pdf. Acesso em: Out. 2012.

SILVA, R. O. **Teorias da Administração**. 1. ed.. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SILVA, A. B. **“Gestão Ambiental na indústria: uma avaliação do comportamento dos setores químico e petroquímico com relação aos passivos ambientais e os problemas causados em torno da Baía de Guanabara”**. Dissertação apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2001.

SORIANO, R. R. **Manual de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2004

STEAD, J. G.; STEAD, E. **Eco-enterprise strategy: standing for sustainability**. *Journal of Business Ethics*, v. 24, n. 4, p. 313-329, 2000.

STROBEL; SELIG. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise corporativa**, 2004.

TOLEDO, R.A.S., **Tecnologia da Reciclagem**. Química Têxtil, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VIANA, F. L. E. **A indústria têxtil e de confecções no Nordeste: características, desafios e oportunidades**. Série Documentos do ETENE nº 06. Fortaleza: BNB, 2005b.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D. J., VIEIRA, P. F (Org.). **Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995. P. 73-102.

WANDERLEY, L. A. **Industrialização do Nordeste e (Des) Regionalização**. R. econ. Nord. Fortaleza, v. 27, n. 1, p. 13-35, Jan/Mar. 1996.

WELSH, C.; HERREMANS, I. M. **Tread softly; adopting environmental management in the start-up phase**. Journal of Organization Cchange Management. v. 11, n. 2, p. 145-155. Bradforn, 1998.

APÊNDICE A

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Adaptada de Silva (2001), Araújo (2011)

1. Nome da empresa?
2. Cargo do entrevistado?
3. Há quantos anos está no mercado?
4. Qual o número de funcionários?
5. Tipo de Atividade?
6. Possui alguma certificação/premiação pelo fato de se desenvolver sustentavelmente?
7. Adotar práticas de Desenvolvimento Sustentável é importante para o desenvolvimento da empresa?
8. O que motivou a adoção de práticas sustentáveis na empresa?
9. Como o gestor acha que os clientes veem as empresas que trabalham com sustentabilidade?
10. Existe algum termo de conduta/compromisso por parte da empresa, com relação às questões ambientais ou esta realiza tais práticas por julgar importantes?

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO

Adaptado de Colombo (2005)

1. Qual (is) das práticas do pilar AMBIENTAL, listadas abaixo, a empresa adota?

Reciclagem

- Coleta seletiva ()
- Insumos provenientes do processo produtivo ()
- Reutilização dos recursos ()
- Papel ()
- Água ()

Recuperação de áreas devastadas

- Reflorestamento ()
- Despoluição da água ()
- Projetos de preservação ambiental ()
- Poluentes do ar ()

Redução da utilização dos Recursos Naturais

- Combustíveis fósseis ()
- Florestais ()
- Água ()
- Energia renovável ()
- Plásticos ()
- Todos os recursos naturais ()

2. Qual (is) das práticas do pilar SOCIAL, listadas abaixo, a empresa desenvolve?

Educação

- Ambiental ()
- Capacitação de adultos ()
- Capacitação de jovens ()

Sustentabilidade da comunidade

- Financiamento de projetos comunitários ()
- Promoção de projetos ()
- Promoção de voluntariado ()
- Criação de empregos ()

Incentivo à cultura

- Oficinas culturais ()
- Programação cultural ()

3. Qual (is) das práticas do pilar ECONÔMICO, listadas abaixo, a empresa realiza?

Formas de medir a sustentabilidade

- Índices de sustentabilidade ()
- Apresentação de relatórios ()

Promoção do desenvolvimento econômico

- Metas a serem alcançadas ()
- Gerar renda ()

4. Qual (is) das práticas do pilar ESTRATÉGICO, listadas abaixo, a empresa pratica?

Sustentabilidade da organização

- Imagem da organização ()
- Sobrevivência ()
- Competitividade ()

Áreas de atuação

- Gestor ambiental ()
- Responsabilidade social ()

Criação de valores para os stakeholders

- Organização ()
- Acionistas ()
- Clientes ()